

Jornalismo e Comunicação Social:

Práticas Tradicionais e
Novas Fronteiras
Tecnológicas

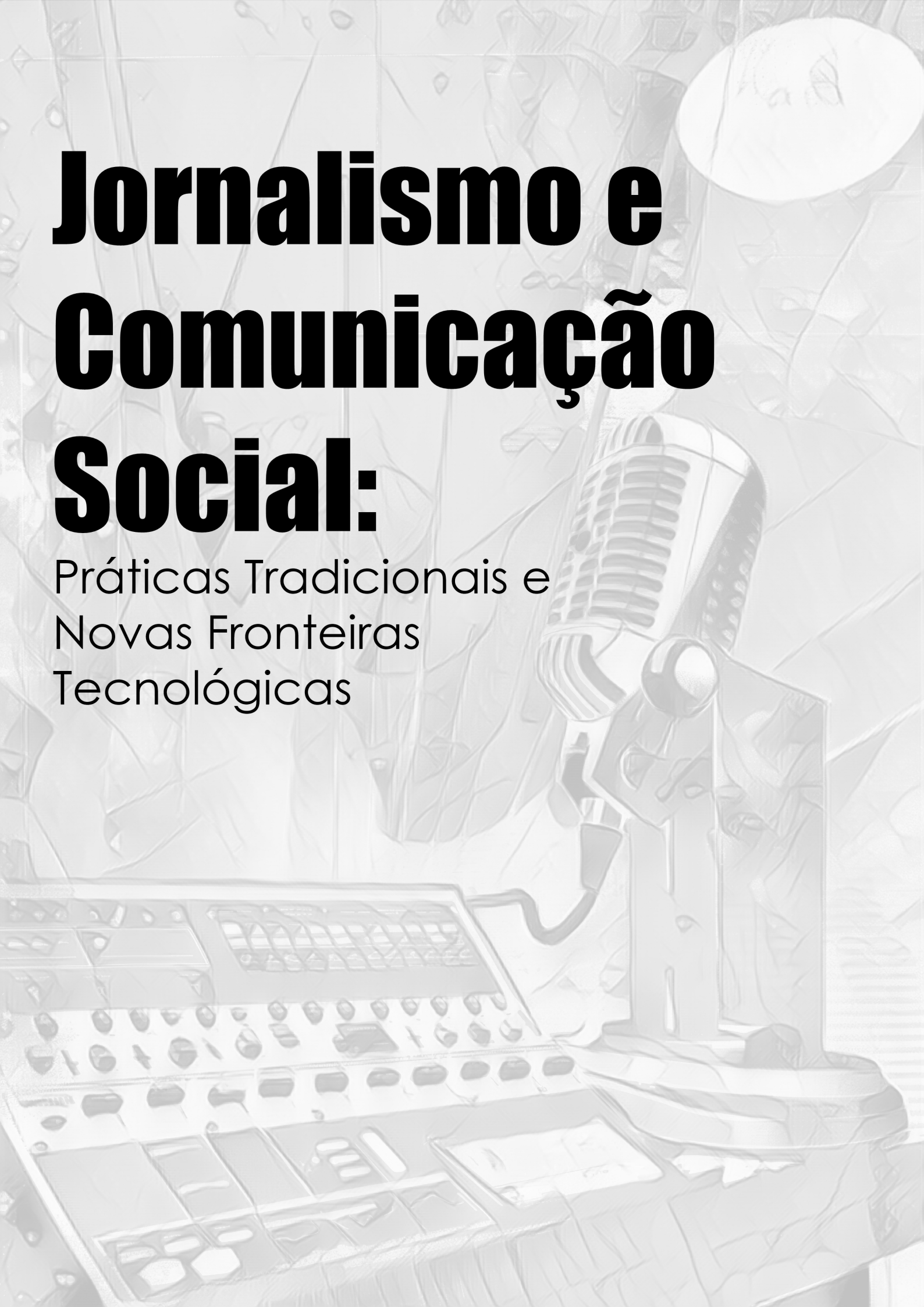
Tássia Patricia Silva do Nascimento
(Organizadora)

A stylized illustration of a vintage microphone on a stand, positioned over a mixing console with various knobs and sliders. The background is a dark, textured composition with red and blue tones and abstract shapes.

AYA EDITORA
2025

Jornalismo e Comunicação Social:

Práticas Tradicionais e
Novas Fronteiras
Tecnológicas



Jornalismo e Comunicação Social:

Práticas Tradicionais e
Novas Fronteiras
Tecnológicas

Tássia Patricia Silva do Nascimento
(Organizadora)



AYA EDITORA

2025

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadora

Prof.ª Dr.ª Tássia Patrícia Silva do Nascimento

Capa

AYA Editora©

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva (UNIDAVI)

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza (UCPEL)

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos (IFAP)

Prof.º Dr. Carlos Eduardo Ferreira Costa (UNITINS)

Prof.º Dr. Carlos López Noriega (USP)

Prof.ª Dr.ª Claudia Flores Rodrigues (PUCRS)

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chiroli (UTFPR)

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota (IFPI)

Prof.ª Dr.ª Déa Nunes Fernandes (IFMA)

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis (UEMG)

Prof.º Dr. Denison Melo de Aguiar (UEA)

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos (UNIFAP)

Prof.º Dr. Gilberto Zammar (UTFPR)

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota (IF Baiano)

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza (UFS)

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso (UNISC)

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão (UFPE)

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski (UTFPR)

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior (UFRR)

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra (IFCE)

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho (UFRPE)

Prof.ª Dr.ª Maria Gardênia Sousa Batista (UESPI)

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes (UTFPR)

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda (UEPG)

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes (UFRA)

Prof.º Dr. Raimundo Santos de Castro (IFMA)
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani (UTFPR)
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira (IFAC)
Prof.º Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos Santos (ITA)
Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Tânia do Carmo (UFPR)
Prof.º Dr. Ygor Felipe Távora da Silva (UEA)

Conselho Científico

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz (UniCesumar)
Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva (UFRGS)
Prof.ª Ma. Denise Pereira (FASU)
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig (UFPR)
Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva (HONPAR)
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues (FASF)
Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti (UFPR)
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim (FASF)
Prof.ª Dr.ª Lucimara Glap (FCSA)
Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa (UniOPET)
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch (FASF)
Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail (CESCAGE)
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens (FASF)
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares (UFPI)
Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros Rodrigues (FASF)
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues (IFSC)

© 2025 - AYA Editora

O conteúdo deste livro foi enviado pelos autores para publicação em acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional **(CC BY 4.0)**. Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva dos autores. Estes detêm total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, que reflete única e inteiramente sua perspectiva e interpretação pessoal.

É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se aos serviços de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou as opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

J82 Jornalismo e comunicação social: práticas tradicionais e novas fronteiras tecnológicas [recurso eletrônico]. / Tássia Patrícia Silva do Nascimento (organizadora). -- Ponta Grossa: Aya, 2025. 59 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-685-0

DOI: 10.47573/aya.5379.2.407

1. Jornalismo. 2. Jornalismo - Aspectos sociais. 3. Comunicação. 4. Telejornalismo I. Nascimento, Tássia Patrícia Silva do. II. Título

CDD: 070.4

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação..... 9

01

O Impacto do JN no Ar: Jornalismo Participativo e Conexões Regionais nas Eleições de 2010..... 10

Mônica Maciel do Nascimento

Tássia Silva do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.407.1

02

Conexões entre Jornalismo e Educação 19

Miriã Angela Furtado Pereira

Tássia Silva do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.407.2

03

A Voz do Povo: o Impacto do Jornalismo Cidadão 27

Adrielle Lemos dos Santos

Tássia Silva do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.407.3

04

Influência da Mídia na Opinião Pública..... 35

Steffson Dhyames da Trindade Pires

Tássia Silva do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.5379.2.407.4

05

Estratégias Discursivas para a Manipulação: Um Caso no Gênero Editorial 44

Luís Rodolfo Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.407.5

Organizadora 53

Índice Remissivo..... 54

Apresentação

O jornalismo e a comunicação social encontram-se em um momento de transição, impulsionados pelas mudanças tecnológicas e pelas novas dinâmicas de participação social. Este volume, **“Jornalismo e Comunicação Social: Práticas Tradicionais e Novas Fronteiras Tecnológicas”**, reúne estudos que examinam essas transformações, abordando as interações entre o jornalismo e a sociedade contemporânea.

Os capítulos exploram desde a influência da mídia na opinião pública até o impacto do jornalismo cidadão e participativo, ressaltando a importância da interação do público com as notícias. A análise do telejornalismo e das estratégias discursivas empregadas nos meios de comunicação evidencia o papel da mídia na construção de narrativas e na mediação da realidade social. Além disso, a obra discute as conexões entre jornalismo e educação, destacando a função informativa e formativa da comunicação no cenário atual.

A presença das novas tecnologias e das redes sociais tem reformulado as práticas jornalísticas, promovendo uma comunicação mais descentralizada e interativa. Diante desse panorama, este livro investiga os desafios éticos e profissionais do jornalismo, analisando como as práticas tradicionais se adaptam às novas exigências do público e às mudanças estruturais dos meios de comunicação.

O caráter interdisciplinar dos textos apresentados permite uma compreensão abrangente das questões abordadas, unindo perspectivas teóricas e empíricas sobre os processos comunicativos. A diversidade de abordagens aqui reunidas contribui para um debate aprofundado sobre o papel do jornalismo na sociedade contemporânea, questionando seus limites e suas possibilidades diante das transformações em curso.

Destinado a pesquisadores, profissionais e estudantes da área, esta coletânea oferece um panorama atualizado sobre as práticas jornalísticas e comunicacionais, refletindo sobre as tendências que moldam o presente e o futuro do campo. Ao articular temas fundamentais para a compreensão do jornalismo e da comunicação social, esta obra se apresenta como uma contribuição relevante para o estudo e o aprimoramento dessas práticas.

Boa leitura!

O Impacto do JN no Ar: Jornalismo Participativo e Conexões Regionais nas Eleições de 2010

The Impact of JN no Ar: Participatory Journalism and Regional Connections in The 2010 Elections

Mônica Maciel do Nascimento

Centro Universitário do Norte – Uninorte. <https://orcid.org/0009-0006-3069-819X>

Tássia Silva do Nascimento

Centro Universitário do Norte – Uninorte. <http://lattes.cnpq.br/8305945212327621>

RESUMO

O presente estudo investiga o impacto do “Projeto JN no Ar”, uma iniciativa do Jornal Nacional da Rede Globo durante as eleições presidenciais de 2010, na cobertura jornalística regional e na interação com o público em diferentes estados brasileiros. Este estudo busca compreender como a emissora utilizou essa série de reportagens para abordar questões locais e promover a identidade cultural, reforçando sua posição enquanto meio de comunicação de massa e ferramenta de construção de opinião pública. A pesquisa é baseada em uma análise qualitativa de materiais disponibilizados pelo Memória Globo, artigos acadêmicos e citações relevantes sobre o papel social do jornalismo. Através dessa abordagem, discutem-se as implicações sociais e culturais do projeto, avaliando o equilíbrio entre o engajamento regional e a influência nacional exercida pela Rede Globo.

Palavras-chave: jornalismo participativo; cobertura televisiva; opinião pública.

ABSTRACT

This study investigates the impact of the “JN no Ar” project, an initiative by Rede Globo’s Jornal Nacional during the 2010 presidential elections, on regional journalistic coverage and public interaction in various Brazilian states. The study aims to understand how the broadcaster utilized this se-



ries of reports to address local issues and promote cultural identity, strengthening its position as a mass communication medium and a tool for shaping public opinion. The research is based on a qualitative analysis of materials provided by Memória Globo, academic articles, and relevant quotes on the social role of journalism. This approach discusses the social and cultural implications of the project, assessing the balance between regional engagement and the national influence exerted by Rede Globo.

Keywords: citizen journalism; television coverage; public opinion.

INTRODUÇÃO

O ponto de partida para a escrita deste estudo foi o livro *O Diário de Bordo do JN no ar*, que conta, aos olhos e relatos do repórter Ernesto Paglia, os bastidores da cobertura especial para as eleições de 2010. Nessa edição especial, o repórter e sua equipe percorreram os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal com o objetivo de, como eles nomearam, fazer um ‘check-up’ da realidade social, econômica, política e cultural dessas regiões.

Viagens como aquela reforçam minha convicção de que o *Jornal Nacional* deixou há muitos anos de ser um programa jornalístico da Rede Globo para se tornar um patrimônio dos brasileiros”. (Bonner, William, 2011, p.22). É a partir desta premissa que irei direcionar o trabalho. De 2010 para cá o cenário midiático tem passado por transformações significativas impulsionadas pelo avanço das tecnologias digitais e pela crescente participação do público na produção e disseminação de notícias. Nesse contexto, o jornalismo participativo ou jornalismo cidadão surge como uma abordagem inovadora que desafia os paradigmas tradicionais do jornalismo, promovendo uma maior interação entre o *Jornal Nacional* e o público dessas regiões.

Ainda que a Rede Globo seja uma emissora que tenha um alinhamento político, ela conseguiu se estabelecer como uma prestadora de serviços públicos e definiu o padrão Globo de qualidade.

[...] o *Jornal Nacional* apostou na qualidade técnica e na apropriação da Linguagem televisiva. É assim que surge o padrão globo de qualidade que acabou se confundindo com um padrão de telejornalismo no Brasil. Para cumprir seu papel social de informar com clareza todos os brasileiros, independentemente da idade, classe social ou nível de escolaridade, o *Jornal Nacional* (e os demais acompanham essa diretriz) investe em recursos gráficos, mapas, trilhas sonoras, selos, cores, enfim, recursos que possam fazer os assuntos mais áridos serem compreendidos pela audiência (Mauricio Silva, Fernanda, 2011, p.247).

O jornalismo desempenha um papel crucial na mediação das informações e na formação da opinião pública. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, iniciativas que buscam aproximar a cobertura jornalística das questões regionais são fundamentais para compreender a diversidade de desafios e realidades locais. Nesse contexto, o “Projeto JN no Ar”, realizado pelo *Jornal Nacional* durante as eleições presidenciais de 2010, destaca-se como um esforço significativo para conectar a audiência às especificidades regionais.

Este estudo busca investigar o impacto da cobertura jornalística regional e na interação com o público em diferentes estados brasileiros, baseado no Projeto JN no Ar. Objetivos específicos: Analisar as estratégias de abordagem jornalística do Projeto JN no Ar em diferentes estados brasileiros; identificar a percepção e interação do público regional em

relação às coberturas realizadas pelo Projeto JN no Ar; Compreender a influência do Projeto JN no Ar no fortalecimento do vínculo entre o jornalismo regional e nacional. A intenção é responder a seguinte problemática: Como o Projeto JN no Ar, ao realizar coberturas jornalísticas regionais em diferentes estados brasileiros, influenciando a percepção e interação do público local e ao mesmo tempo equilibra a narrativa regional com o contexto nacional, enfrentando os desafios de abordagem a diversidade cultural, social e econômica do Brasil em um formato centralizado de jornalismo?

Em 2010, o Brasil vivia um cenário político significativo devido às eleições presidenciais, marcadas pela sucessão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que encerrava seu longo mandato com altos índices de aprovação. A eleição foi polarizada entre Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), candidata apoiada por Lula, e José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), principal nome da oposição. Dilma venceu no segundo turno, tornando-se a primeira mulher presidente do Brasil, com 56% dos votos válidos.

O cenário eleitoral foi caracterizado pela ênfase em estratégias de campanha televisiva, com destaque para o horário eleitoral gratuito, onde as propostas e atributos pessoais dos candidatos desempenharam papel crucial na mobilização do eleitorado. Além disso, temas como crescimento econômico, programas sociais como o Bolsa Família e o impacto da crise econômica global também influenciaram o debate público.

Esse contexto também foi palco de uma cobertura midiática robusta, incluindo projetos como o “JN no Ar”, que buscavam conectar os eleitores com questões regionais e locais, contribuindo para informar a opinião pública e trazer à tona os desafios enfrentados em diferentes partes do país. O projeto reforçou a relevância do jornalismo em um momento de intensa discussão política e social.

O JORNALISMO PARTICIPATIVO: UMA FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO

A comunicação vive uma era de mudanças aceleradas, e o jornalismo não está imune a essas transformações. Com a digitalização e o acesso ampliado às tecnologias, o jornalismo participativo surge como uma abordagem inovadora que busca incluir o cidadão na produção de informações, valorizando suas contribuições para enriquecer o debate público. Paralelamente, o jornalismo televisivo, conhecido por sua centralização tradicional, também se adapta para incorporar elementos participativos, oferecendo mais espaço para a interação com o público.

Embora distintos em formato, ambos os modelos têm como objetivo principal criar um espaço compartilhado, onde os cidadãos possam atuar como fontes, comentaristas ou até coautores das notícias. No entanto, ao mesmo tempo que amplia o alcance da produção jornalística, o jornalismo participativo tem suas barreiras, especialmente relacionados à necessidade de manter padrões éticos e de qualidade. Para que sejam bem-sucedidos, precisam garantir que a participação cidadã contribua para a credibilidade e o impacto social da notícia.

Entre Colaboração e Credibilidade

O diferencial do jornalismo participativo está na sua proposta de construir narrativas de forma colaborativa, permitindo que diferentes vozes sejam ouvidas. Essa foi a proposta do projeto do JN no AR, a interatividade gerada por essa prática estimula a deliberação pública e aprofunda a discussão sobre temas relevantes para a sociedade. Como observa Cunha (2022), “O jornalismo participativo define-se desde logo pela sua natureza colaborativa entre jornalistas e cidadãos que encontram formas de trabalho conjunto, mas, apesar de os jornalistas preservarem o principal papel no processo de produção e de disseminação, verifica-se uma valorização da cidadania através da interatividade”. Porém, integrar os cidadãos de forma produtiva requer cuidados. É essencial garantir que as contribuições respeitem critérios de apuração e edição, para preservar a credibilidade e a função social do jornalismo.

Essa abordagem, amplamente difundida em ambientes digitais, também encontra espaço na televisão, que busca aproximar-se de seus espectadores por meio de iniciativas como programas interativos, enquetes e participações ao vivo. O objetivo é tornar o jornalismo televisivo mais dinâmico e próximo das novas demandas sociais.

Durante sua passagem por Barbalha (CE), Ernesto Paglia, repórter escolhido para ser o interlocutor entre o cidadão e o jornal nacional, teve que tomar decisões para manter os critérios e a credibilidade da informação.

[...] minha decisão foi baseada num critério social: as freiras tem um empreendimento sem fins lucrativos. As outras instituições são empresas privadas, com objetivos absolutamente legítimos de lucro e geração de riqueza para seus donos. Tenho respeito igual por ambas. Mas existe aí um divisor de águas evidente. E a intenção era mostrar com detalhes o trabalho filantrópico e apenas citar a existência de outros hospitais, confirmações da vocação médica de Barbalha (Paglia, 2011, p. 219).

Nesse sentido, é fundamental que o controle editorial permaneça com os jornalistas profissionais. Isso evita que o jornalismo participativo se transforme em um espaço onde a falta de rigor comprometa a qualidade da informação. Como alerta Cunha (2022):

Um compromisso centrado no jornalismo participativo significa aceitar a participação deliberativa dos cidadãos sem prescindir do poder de edição jornalística para assim garantir o necessário rigor e verdade nos conteúdos e a sua orientação para o interesse público.

A ideia central não é substituir a expertise dos jornalistas, mas combiná-la com as perspectivas diversas trazidas pelo público, promovendo um equilíbrio entre inovação e responsabilidade.

É interessante observar que, ser o intermediário entre quem informa e quem recebe a informação, se torna um confronto de colaborações. Filtrar aquilo que é importante para a narrativa, por vezes, se torna arriscado.

[...] implorava e insistia enquanto apertava meu braço, com medo de me ver escapar. Notando o estilo nada sutil do sujeito, resolvi entrar para evitar complicações futuras. Não quis dar munição para ele se queixar de alguma forma de parcialidade ou favorecimento da Santa Casa (Paglia, 2011, p. 221).

O jornalista carrega consigo a responsabilidade de coleta, produção e divulgação de notícias, ou seja, o próprio jornalista é o agente da notícia. Segundo Traquina (2014):

O jornalismo é uma prática social que se distingue das outras pelo compromisso ético peculiar e pela dupla representação social: jornalistas podem ser vistos, de maneira ampla, como intermediários no tráfego social da informação ou, de maneira estrita, como agentes a serviço de causas consideradas nobres.

Ainda segundo Traquina (2005), ele desempenha uma função central na construção do espaço público, permitindo que cidadãos tenham acesso a informações e possam participar de debates. De acordo com Nelson Traquina, o jornalismo consiste em uma “atividade de construção de realidades”, transformando eventos em informações e interpretando-as para o público.

A Contribuição para a Memória e a Sociedade

Tanto o jornalismo participativo quanto o televisivo têm um papel importante na formação da memória coletiva. O primeiro, ao oferecer espaço para múltiplas perspectivas no ambiente digital, permite que as discussões públicas sejam mais inclusivas. Já o jornalismo televisivo, com seu alcance massivo, contribui para a criação de narrativas que moldam a compreensão do passado e do presente.

Essa ideia é reforçada por Cunha (2022), que afirma: “A introdução das práticas do jornalismo participativo surge no aceleração do quadro da perda do monopólio da edição e difusão dos conteúdos pelos jornalistas profissionais”. No contexto televisivo, integrar conteúdos participativos amplia a diversidade das histórias contadas, enriquecendo o papel social da mídia como construtora de memórias.

Ao unir a participação cidadã com o controle editorial, ambos os modelos podem alcançar o equilíbrio necessário para produzir um jornalismo inclusivo e rigoroso. Como destaca Cunha (2022), “O jornalismo participativo se posiciona como uma alternativa viável, que combina o melhor dos dois mundos: a expertise dos jornalistas e as perspectivas diversificadas do público”

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é baseada em uma análise qualitativa de materiais disponibilizados pelo Memória Globo, artigos acadêmicos e citações relevantes sobre o papel social do jornalismo. Através dessa abordagem, discutem-se as implicações sociais e culturais do projeto, avaliando o equilíbrio entre o engajamento regional e a influência nacional exercida pela Rede Globo.

Por meio de uma análise qualitativa, o estudo examina como o JN no Ar conectou eleitores às realidades locais, utilizando reportagens realizadas em 26 estados e no Distrito Federal. A pesquisa considera os bastidores do projeto, baseados no livro de Ernesto Paglia, e explora como o jornalismo participativo e as tecnologias digitais desafiaram o modelo tradicional de produção de notícias, promovendo maior interação entre audiência e mídia.

O artigo também reflete sobre as implicações éticas e profissionais do jornalismo participativo, abordando como a Rede Globo equilibra sua influência política, interesses comerciais e compromisso com a objetividade. Ressalta-se a capacidade da emissora em moldar narrativas nacionais e locais, utilizando recursos audiovisuais e estratégias editoriais para conectar-se ao público em um contexto de transformações políticas e sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O “JN no Ar” foi um projeto especial do Jornal Nacional que percorreu os estados brasileiros com o objetivo de investigar questões locais importantes, promovendo uma conexão mais próxima com a população. Utilizando um avião para alcançar regiões distantes, o projeto destacou temas como saúde, educação e infraestrutura, incorporando as reportagens como um quadro especial para um contexto específico.

O projeto JN no Ar exemplifica o papel social do jornalismo na Rede Globo ao ampliar a presença do telejornal em regiões distantes, promovendo uma cobertura jornalística que reflete as demandas e desafios de diferentes comunidades brasileiras. Por meio dessa iniciativa, a Globo fortalece sua capacidade de moldar narrativas e influenciar a opinião pública ao evidenciar realidades locais e nacionais, reafirmando o impacto do jornalismo na construção de debates sobre temas cruciais como educação, saúde e infraestrutura.

No Brasil, a Rede Globo se consolidou como uma das principais emissoras de televisão, moldando narrativas e influenciando percepções através de sua cobertura jornalística. Como forma cultural, o jornalismo é uma prática social em constante transformação, sujeita a influências históricas, políticas e tecnológicas (Silva, 2011).

Alinhamento Político e Vigilância

Historicamente, a Rede Globo adotou uma postura de alinhamento com governos autoritários, especialmente durante o regime militar. Essa abordagem garantiu à emissora estabilidade política e permitiu sua consolidação como um dos principais canais de comunicação no país. “O fato de ser uma concessão pública não a levou à busca pela imparcialidade política, mas a uma adesão ao governo militar vigente no período em que a rede nasceu e se firmou no cenário nacional” (Silva, 2011).

Apesar disso, a Globo tem utilizado o conceito de vigilância como ferramenta de controle e fiscalização das decisões políticas. Ao divulgar informações de interesse público, como escândalos políticos e mudanças legislativas, a emissora busca construir uma narrativa de autoridade moral diante de sua audiência. “No caso da Globo, a ideia de vigilância está atrelada à cobertura dos espaços onde as decisões acontecem” (Silva, 2011).

Ampliação Histórica e a Função de Mediação e Objetividade

A relação da Globo com o poder político sempre foi controversa. Durante o período da redemocratização, a emissora enfrentou desafios em adequar-se às novas expectativas da sociedade civil. Isso levou à evolução em sua abordagem editorial, destacando uma vigilância mais crítica em relação ao poder executivo, mas ainda marcada por tensões internas quanto à imparcialidade.

A Rede Globo adota o ideal de objetividade para reforçar sua credibilidade. No entanto, sua aplicação está longe de ser neutra.

Para construir uma posição de autoridade que lhe outorgue promover esse tipo de jogo [...], a Globo assume o ideal de objetividade evitando os comentários e localizando-os em momentos e espaços específicos dos programas (Silva, 2011).

Essa busca pela objetividade é acompanhada por uma forte preocupação com a qualidade técnica e a clareza das informações transmitidas. O uso de imagens e recursos audiovisuais para legitimar os fatos demonstra o esforço da emissora em consolidar sua posição de “porta-voz” da realidade.

A qualidade da apuração era vista, sobretudo, por meio da imagem: havia um esforço nítido do Jornal Nacional em mostrar as imagens dos acontecimentos e legitimar a figura do repórter como uma testemunha ocular dos fatos (Silva, 2011).

Impacto na Formação da Opinião Pública: Narrativas e Construção de Significados

As notícias produzidas pela Globo exercem grande influência na construção de significados sociais e políticos. Por meio de escolhas editoriais, a emissora destaca certos aspectos enquanto silencia outros, condicionando a percepção pública dos acontecimentos. “As notícias servem como representações da realidade, mas são condicionadas por escolhas editoriais e valores, funcionando como filtros que destacam certos aspectos enquanto silenciam outros” (Traquina, 2011).

Paglia utilizou de sua expertise jornalística e liberdade de escolha editorial ao decidir a direção que a narrativa deveria tomar para aquele contexto. O jornalista deve ter esse olhar crítico ao observar os personagens daquilo que se quer dizer.

[...] uma experiência detestável por onde passamos, vi olhares assustados de funcionários, claramente intimidados pela presença nervosa do patrão. Não sou nenhum expert, mas ele não me pareceu ter o perfil típico de um empresário do setor da saúde... De toda forma, tudo que ele conseguiu com a sua intervenção truculenta foi me convencer do acerto da escolha. O hospital das freiras representou muito melhor a vocação médica de Barbalha na nossa matéria daquela noite (Paglia, 2011. p. 221).

Essa seleção contribui para a cristalização de narrativas que reiteram determinados juízos de valor.

Nas múltiplas facetas da realidade, aquelas que se revelam e destacam são que as que estavam buscando; ao associar-se a dada narrativa da realidade, cada indivíduo é forçado a concordar com o conjunto dos pressupostos embutidos no script (Traquina, 2011).

A análise de episódios emblemáticos, como a cobertura das eleições presidenciais, revela como a Globo estrutura narrativas que moldam a percepção pública. A escolha de imagens, entrevistas e enfoques são ferramentas que amplificam ou minimizam impactos sociais de eventos políticos.

A humanização das narrativas também é uma estratégia recorrente. Ao apresentar casos individuais como representação de problemas sociais mais amplos, a Globo aproxima sua audiência dos eventos cobertos. “Seu João, Dona Maria e Seu José são personagens que corporificam os assuntos abordados pelos telejornais buscando criar uma proximidade com o telespectador que está em casa” (Silva, 2011).

A ênfase na representatividade reflete uma tentativa de construir empatia entre a audiência e as histórias apresentadas. Essa abordagem, no entanto, levanta questionamentos sobre a seleção dos casos humanizados e seus impactos na agenda pública.

O Jornal Nacional, principal produto jornalístico da Rede Globo, consolidou-se como uma referência em qualidade técnica e clareza informativa. “Parte das características do jornalismo da emissora se relaciona com a própria noção de jornalismo nacional [...] buscando uma abordagem mais ampla que pudesse interessar a todo o país” (Silva, 2011).

O programa exemplifica como a emissora equilibra interesses comerciais e responsabilidade social, utilizando recursos como gráficos, mapas e depoimentos para simplificar temas complexos. Essa estratégia visa atingir diferentes camadas da sociedade brasileira, mantendo sua posição de liderança no mercado midiático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Rede Globo desempenha um papel fundamental na mediação da informação e na formação da opinião pública no Brasil. Seu jornalismo combina alinhamento político, busca pela objetividade e alta qualidade técnica para legitimar sua influência. Contudo, essa posição também a coloca sob inspeção quanto à parcialidade e aos interesses que representa. O impacto de suas narrativas é significativo, moldando percepções e reforçando sua posição como um dos maiores agentes de comunicação no país.

Ao longo dos anos, a Globo refinou a objetividade como uma estratégia para atender a um público diverso. Essa abordagem tem implicações profundas no modo como a emissora é percebida, especialmente em momentos de crise política ou social

A análise do papel social da Rede Globo evidencia a necessidade de debates contínuos sobre a responsabilidade da mídia em contextos democráticos. O equilíbrio entre interesses comerciais e o compromisso com o interesse público permanece como um desafio central para o jornalismo brasileiro.

O projeto “JN no Ar” mostrou como o jornalismo pode ir além da simples transmissão de informações, conectando pessoas e realidades de diferentes partes do Brasil. Essa iniciativa trouxe à tona a importância de olhar para as especificidades regionais, destacando como histórias locais podem contribuir para debates maiores, que afetam todo o país.

Foi interessante perceber como o *Jornal Nacional* conseguiu equilibrar a produção jornalística tradicional com elementos mais participativos, aproximando o público das reportagens. Ao mesmo tempo, ficou claro que esse tipo de abordagem exige um cuidado extra com a ética e a credibilidade, já que a colaboração do público precisa ser cuidadosamente integrada para que o jornalismo não perca sua qualidade e relevância.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Salete Souza de. **Cenário político das eleições presidenciais 2010: eleições eleitorais de campanha**. Anais do Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, v. 1-18, fora. 2010.

BENKLER, Y. **A Riqueza das Redes: Como a Produção Social Transforma Mercados e Liberdade**. New Haven: Yale University Press, 2006.

CASTILHOS, W.; ALMEIDA, C. **Discursos sobre o aborto na epidemia de Zika: análise da cobertura dos jornais O Globo e Folha de S.Paulo**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 1, pág. e00190518, jan. 2020.

CUNHA, Adelino. **O jornalismo participativo como território partilhado: práticas e narrativas**. Lisboa: Universidade Europeia; Universidade NOVA de Lisboa, 2022. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-9502-7913>.

MEMÓRIA GLOBO. **JN no Ar**. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/series/noticia/jn-no-ar.ghml>. Acesso em: 02 dez. 2024.

PAGLIA, Ernesto. **O Diário de Bordo do JN no Ar**. São Paulo: Globo, 2011.

SILVA, FM O jornalismo como forma cultural: uma breve análise histórica dos valores jornalísticos na Globo e na BBC. Matrizes, São Paulo, v. 2, pág. 239-251, jul./dez. 2011.

SOUSA, JP **Uma história breve do jornalismo no ocidente**. Covilhã: BOCC, 2008.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2013. v.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2012. v.

Conexões entre Jornalismo e Educação

Connections between Journalism and Education

Miriã Angela Furtado Pereira

Centro Universitário do Norte - Uninorte

Tássia Silva do Nascimento

Centro Universitário do Norte – Uninorte. <http://lattes.cnpq.br/8305945212327621>

RESUMO

Este estudo busca destacar as conexões entre jornalismo e educação, apresentando suas interseções histórico, epistemológica e cultural. Ambos os campos se consolidaram no contexto do capitalismo e das classificações no âmbito cultural. A partir de uma revisão bibliográfica, são identificadas semelhanças em seus desenvolvimentos, além de exploradas as ideias de pesquisadores que apontam a função educativa como uma das responsabilidades do jornalismo nas sociedades contemporâneas. Embora a educomunicação seja mencionada como uma ponte evidente entre essas áreas, não é o foco principal da discussão.

Palavras-chave: jornalismo; educação; mídia.

ABSTRACT

This study seeks to highlight the connections between journalism and education, presenting their historical, epistemological and cultural intersections. Both fields were consolidated in the context of capitalism and cultural classifications. Based on a bibliographical review, similarities in their developments are identified, in addition to exploring the ideas of researchers who point to the educational function as one of the responsibilities of journalism in contemporary societies. Although educommunication is mentioned as an obvious bridge between these areas, it is not the main focus of the discussion.

Keywords: journalism; education; media.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral examinar a evolução independente das áreas de jornalismo e educação, destacando pontos em



que, segundo alguns autores, ambas desempenham funções semelhantes, especialmente na perpetuação cultural promovida por cada uma. E como objetivos específicos: Analisar as convergências históricas e epistemológicas entre os campos do jornalismo e da educação, com base na literatura existente, destacando suas funções culturais na sociedade contemporânea; investigar as perspectivas teóricas sobre a função educadora do jornalismo, abordando sua responsabilidade social e seu impacto na democratização do acesso ao conhecimento; explorar os principais conceitos e debates em torno da educomunicação, identificando suas potencialidades como ponte integradora entre jornalismo e educação, sem perder de vista as limitações impostas pelo foco mercadológico do jornalismo tradicional.

Ao final, apresentamos uma breve reflexão sobre a educomunicação como uma possibilidade clara de integração entre os dois campos. Contudo, a análise não se concentra na educomunicação, uma vez que o foco deste estudo recai sobre o jornalismo voltado ao mercado e orientado pelo lucro, cujas práticas relacionadas aos propósitos educacionais. Apesar dessa delimitação, busca-se discutir o papel educativo que o jornalismo contemporâneo desempenha, mesmo em um contexto empresarial.

Nas sociedades contemporâneas, o acesso à informação tornou-se sinônimo de poder, mas esse acesso nem sempre é distribuído de forma equitativa. Ele não depende apenas da existência de meios disponíveis, mas também da capacidade de utilizá-los, o que inclui o “capital cultural” descrito por Bourdieu. Esse conceito envolve habilidades para interpretar, selecionar e aplicar as informações disponíveis de maneira eficaz.

Nesse contexto, emerge a relevância da responsabilidade social do jornalismo. Historicamente, a imprensa desempenhou um papel crucial como espaço para debates e como ferramenta para movimentos sociais que geraram conquistas significativas. Dessa forma, a pergunta problema desse estudo é: como o jornalismo pode contribuir para o processo educativo, considerando suas limitações estruturais e o papel do capital cultural na interpretação e uso da informação?

O jornalismo e a educação, embora constituam campos distintos em suas origens e práticas, unem um papel essencial na construção e na circulação do conhecimento nas sociedades contemporâneas. Ambos surgiram e se consolidaram no contexto do capitalismo, assumindo funções cruciais no desenvolvimento cultural e social. A educação, tradicionalmente associada ao ambiente escolar, e o jornalismo, com sua função de informar e formar opiniões, encontra-se no debate sobre a democratização do acesso ao conhecimento, um tema central em tempos de desigualdades sociais e de concentração dos meios de comunicação.

Entretanto, essas áreas não evoluíram de forma linear nem totalmente convergentes. O jornalismo, frequentemente movido por interesses mercadológicos e pela busca do lucro, contrasta com os ideais educativos voltados para a emancipação e para a formação crítica dos sujeitos. Apesar disso, os autores argumentam que o jornalismo pode e deve desempenhar um papel educativo, ampliando seu impacto social e contribuindo para a formação de cidadãos críticos e engajados.

A metodologia deste estudo, de caráter qualitativo e bibliográfico, foi estruturada com o objetivo de investigar as aproximações entre jornalismo e educação, a partir de

uma análise teórica e crítica baseada na literatura acadêmica. A pesquisa é exploratória e concentra-se em compreender as interseções históricas, epistemológicas e sociais entre os dois campos, com base na revisão de textos acadêmicos e obras de referência.

A primeira etapa consistiu no levantamento de materiais teóricos relevantes, incluindo livros, artigos científicos, teses e dissertações que abordam as relações entre jornalismo, educação, capital cultural e responsabilidade social. A seleção priorizou autores clássicos, como Paulo Freire, e contemporâneos, como Pierre Bourdieu, além de estudiosos que discutem o papel da mídia e da informação nas sociedades contemporâneas. Este levantamento permitiu a identificação das principais abordagens teóricas e conceitos divergentes.

Na sequência, foi realizada uma análise crítica dos textos selecionados, organizada em dois eixos principais: (a) os aspectos históricos e epistemológicos que aproximam o jornalismo e a educação; e (b) a responsabilidade social do jornalismo enquanto ferramenta de construção do conhecimento e formação crítica. A análise buscou compreender como diferentes autores articulam os papéis sociais desses campos e destacar suas limitações, sobretudo no contexto mercadológico em que

Além disso, embora não seja o foco principal deste estudo, foi incluída uma reflexão sobre a educomunicação, entendida como um campo emergente que integra práticas jornalísticas e pedagógicas. Nesse sentido, buscou-se explorar tanto as potencialidades quanto os limites desse conceito, considerando os desafios impostos pelo modelo predominante de jornalismo voltado ao mercado.

Por fim, delimitou-se o objeto de estudo com foco na função educativa atribuída ao jornalismo, mesmo em contextos empresariais, debatendo como ele pode contribuir para a formação crítica dos cidadãos em sociedades marcadas por desigualdades no acesso e uso da informação. Essa abordagem busca oferecer uma compreensão mais ampla das interseções entre os campos do jornalismo e da educação, bem como de seus desafios e possibilidades no cenário contemporâneo.

As Convergências Históricas e Epistemológicas entre Jornalismo e Educação

As áreas do jornalismo e da educação possuem raízes históricas que remetem ao desenvolvimento cultural das sociedades modernas, consolidando-se como instrumentos fundamentais para a construção e divulgação do conhecimento. Apesar de suas origens distintas, essas áreas têm o objetivo de informar, formar e transformar os indivíduos e as comunidades nas quais estão inseridas.

Historicamente, o jornalismo e a educação emergiram como pilares fundamentais na organização social durante a consolidação do capitalismo, especialmente a partir do século XIX. Enquanto o jornalismo se consolida como um mediador público, fomentando debates e opiniões, a educação institucionalizada assume a responsabilidade de formar cidadãos e trabalhadores para atender às necessidades do mercado (Parker, 2021). Ambos se enquadram no que Raymond Williams (1983) denominou como práticas culturais, que carregam consigo as contradições entre emancipação e controle, reproduzindo estruturas sociais enquanto criam possibilidades de transformação.

Epistemologicamente, as duas áreas unem uma função mediadora no acesso ao conhecimento. Segundo Bourdieu (1986), o capital cultural é um elemento chave tanto no campo jornalístico quanto no educacional, pois a capacidade de acessar, interpretar e utilizar informações está profundamente relacionada às condições sociais e culturais dos indivíduos. Assim, o jornalismo e a educação desempenham papéis complementares na mediação entre o indivíduo e o conhecimento, cada um à sua maneira.

Além disso, a prática jornalística e a prática pedagógica utilizam processos semelhantes na construção do conhecimento. O educador Paulo Freire (1979) defende que a aprendizagem começa pela pergunta — uma provocação que convida à reflexão e à transformação. De forma análoga, o jornalismo se inicia pelas perguntas fundamentais que estruturam uma narrativa jornalística: “o quê”, “quem”, “quando”, “onde” e “por quê”. Essa dinâmica, apresentada em ambas as áreas, reflete uma abordagem epistemológica baseada na problematização e no estímulo ao pensamento crítico.

Outra convergência histórica relevante é a responsabilidade social que ambas as áreas assumem. Desde a Revolução Francesa, discute-se o papel do jornalismo como um instrumento de educação cívica, capacitando os cidadãos a compreender e participar dos processos democráticos (Habermas, 1992). De forma complementar, a educação também busca formar sujeitos críticos e conscientes, alinhando-se a objetivos semelhantes ao jornalismo informativo.

No entanto, as duas áreas também enfrentam desafios significativos, especialmente em contextos marcados pela mercantilização. O jornalismo, muitas vezes orientado para interesses econômicos, limita seu potencial educativo para atender às demandas do mercado, priorizando o entretenimento em detrimento da informação (Altheide, 2020). De maneira semelhante, a educação, em alguns casos, sofre com a reprodução de práticas instrucionais pouco críticas, perpetuando desigualdades estruturais.

As interseções históricas e epistemológicas entre o jornalismo e a educação destacam a importância dessas áreas para a construção de uma sociedade mais informada e reflexiva. Conforme afirma Buckingham (2021), a educação midiática — que inclui práticas jornalísticas — pode ser um campo promissor para integrar as funções sociais de ambas as áreas, fomentando a emancipação cultural e a formação de cidadãos críticos. Nesse sentido, a compreensão das convergências entre jornalismo e educação oferece caminhos importantes para compensar o papel dessas práticas em um mundo em constante transformação.

A Função Educadora do Jornalismo: Perspectivas Teóricas

O jornalismo contemporâneo, além do seu papel tradicional de informar, é cada vez mais reconhecido pela sua função educativa, contribuindo para a formação crítica dos cidadãos e para a mediação do conhecimento na sociedade. Essa função é debatida por teóricos e praticantes, especialmente no contexto das sociedades contemporâneas, marcadas pela desigualdade no acesso à informação e pela concentração dos meios de comunicação.

De acordo com Freire (1970), o processo educativo deve ser dialógico e voltado para a emancipação, um conceito que encontra eco na prática jornalística. O jornalismo, ao selecionar, interpretar e divulgar informações, atua como mediador do conhecimento, promovendo a reflexão sobre temas de interesse público. Nesse sentido, pode desempenhar uma função educativa ao provocar debates e ampliar a compreensão de questões complexas. Segundo Traquina (2021), o jornalismo tem um papel central na criação de uma “esfera pública informada”, onde os indivíduos podem compreender o mundo ao seu redor e agir sobre ele.

A função educadora do jornalismo, no entanto, vai além da transmissão de fatos. Para McNair (2017), o jornalismo educa ao moldar narrativas que ajudam as pessoas a interpretar o mundo, contribuindo para a formação de um senso crítico. Essa perspectiva é especialmente relevante em um cenário de crescente desinformação, onde o jornalismo se torna um contraponto necessário para combater notícias falsas e promover o pensamento crítico. Ao oferecer informações contextualizadas e verificadas, o jornalismo reforça sua função educativa ao capacitar os indivíduos a distinguir entre informações confiáveis e enganosas.

Outro aspecto central na discussão é a responsabilidade social do jornalismo como agente educativo. Habermas (1984) argumenta que a mídia desempenha um papel crucial no fortalecimento da democracia, ao promover debates informados e acessíveis. Sob essa ótica, o jornalismo não é apenas um canal de informação, mas um meio de formar cidadãos conscientes e engajados. Essa perspectiva é reforçada por autores como Kovach e Rosenstiel (2021), que destacam o compromisso do jornalismo com a busca pela verdade e com a prestação de contas à sociedade, funções que também possuem um caráter educativo.

No entanto, essa função educativa enfrenta desafios significativos em contextos mercadológicos. Altheide (2020) aponta que o foco crescente no entretenimento e na rentabilidade compromete o potencial educativo do jornalismo, que muitas vezes prioriza conteúdos sensacionalistas em detrimento de análises profundas e reflexivas. Além disso, o acesso desigual à informação limita o impacto do educador do jornalismo, evidenciando a necessidade de estratégias inclusivas que alcancem populações marginalizadas.

A função educativa do jornalismo também é tema de controvérsias teóricas. Alguns autores questionam se o jornalismo deve assumir explicitamente um papel pedagógico ou se sua função primordial é apenas informar. Para Schudson (2020), embora o jornalismo possa ter um impacto educativo, sua responsabilidade primária é fornecer informações claras e precisas, deixando a interpretação e a reflexão ao público.

Apesar desses esforços, há um consenso crescente sobre o potencial do jornalismo como agente educador, especialmente no contexto da educação midiática. Buckingham (2021) afirma que o jornalismo, quando integrado às práticas educacionais, pode fortalecer a capacidade crítica dos cidadãos, promovendo uma compreensão mais ampla das questões sociais e culturais. Nesse sentido, o jornalismo não apenas informativo, mas contribui para a formação de sujeitos críticos e reflexivos, capazes de agir em uma sociedade complexa e desigual.

Assim, investigar a função educadora do jornalismo revela um campo rico de possibilidades e desafios. Num mundo cada vez mais mediado pela informação, compreender e reforçar essa função é essencial para promover a cidadania ativa e combater as desigualdades no acesso ao conhecimento.

Educomunicação: Conceitos e Debates Contemporâneos

A educomunicação surge como um campo interdisciplinar que integra práticas pedagógicas e comunicacionais, promovendo uma formação crítica e participativa dos indivíduos em um mundo cada vez mais mediada pela informação. Fundamentada em conceitos como diálogo, empoderamento e democratização da comunicação, a educomunicação propõe-se construir pontes entre o jornalismo e a educação, ampliando o potencial de ambas as áreas para formar cidadãos mais conscientes e ativos.

Segundo Soares (2011), um dos principais teóricos do tema, a educomunicação pode ser entendida como um “conjunto de ações perspectivas para a promoção de ecossistemas comunicativos saudáveis”, onde a produção, a circulação e a recepção de mensagens são mediadas por processos educativos. Nesse sentido, ela transcende uma simples integração entre comunicação e educação, buscando a transformação social por meio da formação crítica e da participação ativa. Essa abordagem visa preparar os indivíduos para interpretar e produzir mensagens de forma consciente, promovendo o letramento midiático.

Um dos principais conceitos associados à educomunicação é o de ecossistema comunicativo, que Soares (2011) define como o ambiente em que os indivíduos interagem com os meios de comunicação e se apropriam deles. Nessa perspectiva, a educomunicação incentiva o uso de meios de comunicação como ferramentas pedagógicas, não apenas como canais de transmissão de informação, mas como espaços para o desenvolvimento da criatividade, da expressão crítica e da cidadania.

Outro debate central no campo da educomunicação diz respeito ao papel do jornalismo como um componente educador nesse ecossistema. Buckingham (2021) destaca que a integração de práticas jornalísticas no processo educativo pode contribuir para o desenvolvimento de competências críticas, como a capacidade de identificar notícias falsas, interpretar diferentes fontes de informação e participar de debates públicos. Nesse contexto, a educomunicação atua como um mediador, promovendo uma educação midiática que capacita os indivíduos a navegar de forma consciente em um ambiente informacional complexo.

No entanto, a educação enfrenta desafios importantes, especialmente em sociedades marcadas pela concentração midiática e pelas desigualdades no acesso à informação. Como afirma Martino (2020), a educomunicação deve lidar com as limitações impostas pelo mercado de comunicação, que frequentemente prioriza conteúdos comerciais e de entretenimento em detrimento de práticas que incentivam a reflexão crítica e o engajamento social. Esses desafios reforçam a necessidade de políticas públicas que incentivem a democratização da comunicação e o fortalecimento de práticas educacionais.

Além disso, o campo da educomunicação enfrenta debates teóricos sobre sua aplicação prática. Autores como Freire (1970) destacam que a educação deve ser baseada no diálogo e na problematização da realidade, princípios que estão no cerne da educomunica-

ção. No entanto, há uma tensão entre os ideais freireanos e a realidade das práticas educacionais em contextos institucionalizados, que nem sempre escapam das limitações impostas por currículos rígidos ou pela falta de recursos.

Apesar desses custos, a educomunicação apresenta um potencial significativo para transformar tanto o campo da educação quanto o da comunicação. Segundo Peruzzo (2013), ao promover a interação entre professores, alunos e meios de comunicação, a educomunicação contribui para a construção de uma cidadania ativa e crítica, essencial para enfrentar os desafios das sociedades contemporâneas.

Assim, explorar os conceitos e debates em torno da educomunicação revela sua relevância como campo interdisciplinar e como estratégia para enfrentar as desigualdades informacionais e promover a formação crítica dos indivíduos. Ao propor a integração entre práticas comunicativas e pedagógicas, a educomunicação oferece caminhos promissores para a construção de ecossistemas comunicativos mais democráticos e participativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou explorar as aproximações entre os campos do jornalismo e da educação, destacando suas convergências históricas, epistemológicas e sociais, além de investigar a função educadora do jornalismo e os principais conceitos e debates em torno da educomunicação. Por meio de uma análise bibliográfica, foi possível identificar que ambos os campos, embora distintos em suas origens e práticas, unem uma função social central: promover o acesso ao conhecimento, formar cidadãos críticos e contribuir para a transformação da sociedade.

Historicamente, o jornalismo e a educação têm sido instrumentos de construção e difusão do conhecimento, muitas vezes dialogando com os mesmos desafios impostos pela sociedade capitalista, como as desigualdades no acesso à informação e à formação. Epistemologicamente, os dois campos se encontram na busca por estimular o pensamento crítico, seja por meio das práticas pedagógicas nas escolas, seja pela mediação informativa do jornalismo. Essa confluência reforça a importância de compensar as responsabilidades dos educadores do jornalismo, especialmente em um contexto marcado pela desinformação e pelo predomínio de interesses mercadológicos.

A função educativa do jornalismo, comprovando sob diferentes perspectivas teóricas, revelou-se uma dimensão fundamental para a promoção de debates públicos informados e a formação de uma cidadania ativa. No entanto, essa função enfrenta dificuldades específicas, como a priorização de conteúdos de entretenimento e a concentração dos meios de comunicação, que restringem o acesso a informações de qualidade. Nesse cenário, a educomunicação se destaca como um campo interdisciplinar que oferece caminhos promissores para integrar práticas pedagógicas e comunicativas, incentivando o letramento midiático e o empoderamento cidadão.

Embora a educomunicação ainda enfrente desafios para sua implementação plena, como a falta de políticas públicas e a resistência de modelos educacionais tradicionais, ela representa uma oportunidade para transformar tanto o jornalismo quanto a educação em

ferramentas mais eficazes para a formação crítica e participativa dos indivíduos. A integração de práticas educomunicativas nos processos educativos e midiáticos pode contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática, onde o acesso à informação e à educação seja mais inclusivo e equitativo.

Por fim, este trabalho reforça a necessidade de ampliar o debate acadêmico sobre as relações entre jornalismo e educação, explorando novas possibilidades de integração e superação das limitações estruturais impostas a ambos os campos. Ao considerar o potencial transformador dessas áreas, esperamos contribuir para a reflexão e o desenvolvimento de práticas que promovam uma cidadania mais consciente e ativa, capaz de enfrentar os desafios das sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ALTHEIDE, David L. **Lógica da mídia**. 2ª ed. Thousand Oaks: SAGE, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **As formas do capital**. Em: RICHARDSON, J. (Ed.). Manual de teoria e pesquisa para a sociologia da educação. Nova York: Greenwood, 1986. p. 241-258.

BUCKINGHAM, David. **Educação para a mídia: alfabetização, aprendizagem e cultura contemporânea**. Cambridge: Polity Press, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HABERMAS, Jürgen. **A transformação estrutural da esfera pública: uma investigação sobre uma categoria da sociedade burguesa**. Cambridge: Polity Press, 1992.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o que o público deve esperar**. 4. ed. Nova York: Crown Publishing Group, 2021.

MARTINO, Luiz C. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2020.

McNAIR, Brian. **Uma introdução à comunicação política**. 6. ed. Nova York: Routledge, 2017.

PERRUZO, Cicilia M. **Educomunicação e práticas de cidadania**. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional e a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 4.ed. Florianópolis: Insular, 2021.

A Voz do Povo: o Impacto do Jornalismo Cidadão

Voice of the People: the Impact of Citizen Journalism

Adriele Lemos dos Santos

<https://orcid.org/0009-0001-9044-0514>. Centro Universitário do Norte - Uninorte

Tássia Silva do Nascimento

Centro Universitário do Norte – Uninorte. <http://lattes.cnpq.br/8305945212327621>

RESUMO

O jornalismo cidadão tem se destacado como uma prática importante no cenário midiático contemporâneo, caracterizada pela participação ativa de indivíduos na produção e divulgação de informações. Este estudo, fundamentado em uma revisão bibliográfica, analisa os conceitos, as contribuições e os desafios associados a essa modalidade, com ênfase em suas implicações éticas, técnicas e legais na era digital. Com o advento das tecnologias digitais e o crescimento das redes sociais, o jornalismo cidadão tornou-se uma ferramenta para democratizar a informação, ampliando vozes e perspectivas na cobertura de eventos, especialmente em contextos negligenciados pela grande mídia. Essa prática promove a pluralidade informativa e fortalece a cidadania ao incluir o público na construção de narrativas. Contudo, ela enfrenta desafios expressivos. Entre as limitações éticas, destaca-se a disseminação de notícias falsas e o sensacionalismo, que afetam a incidência das informações produzidas. No âmbito técnico, a falta de qualificação e o acesso desigual à tecnologia comprometem a eficiência da produção jornalística para os cidadãos. No campo legal, a ausência de regulamentação específica gera incertezas sobre responsabilidades e direitos, com implicações para questões de direitos autorais, privacidade e segurança cibernética. Embora existam desafios, o jornalismo cidadão representa uma oportunidade única de diversificar o ecossistema midiático. Sua evolução depende de investimentos em alfabetização midiática, capacitação técnica e estabelecimento de padrões éticos e legais claros. Como complemento à imprensa tradicional, o jornalismo cidadão fortalece a democracia e contribui para um ambiente informativo mais inclusivo e colaborativo.

Palavras-chave: jornalismo; comunicação social; mídia alternativa; cidadão.



ABSTRACT

Citizen journalism has emerged as an important practice in the contemporary media landscape, characterized by the active participation of individuals in the production and dissemination of information. This study, based on a literature review, analyzes the concepts, contributions, and challenges associated with this modality, with an emphasis on its ethical, technical, and legal implications in the digital age. With the advent of digital technologies and the growth of social networks, citizen journalism has become a tool for democratizing information, expanding voices and perspectives in the coverage of events, especially in contexts neglected by the mainstream media. This practice promotes informative plurality and strengthens citizenship by including the public in the construction of narratives. However, it faces significant challenges. Among the ethical limitations, the dissemination of fake news and sensationalism stand out, which affect the incidence of the information produced. In the technical sphere, the lack of qualifications and unequal access to technology compromise the efficiency of journalistic production for citizens. In the legal field, the lack of specific regulations creates uncertainty about responsibilities and rights, with implications for copyright, privacy and cybersecurity issues. Although there are challenges, citizen journalism represents a unique opportunity to diversify the media ecosystem. Its evolution depends on investments in media literacy, technical training and the establishment of clear ethical and legal standards. As a complement to the traditional press, citizen journalism strengthens democracy and contributes to a more inclusive and collaborative information environment.

Keywords: journalism; social communication; alternative media, citizen.

INTRODUÇÃO

O jornalismo cidadão representa uma revolução na comunicação contemporânea, transformando radicalmente o papel do colaborador. De mero observador, passa a ser protagonista ativo, assumindo funções de telespectador, editor e produtor de conteúdo. Essa mudança permite coberturas inovadoras e inclusivas, anteriormente impossíveis ou negligenciadas pela mídia tradicional.

Este estudo tem como objetivo geral analisar o papel do jornalismo cidadão no cenário contemporâneo, destacando sua contribuição para a democratização da informação e sua relevância na sociedade digital, com base em uma revisão bibliográfica abrangente. E como objetivos específicos: identificar os conceitos teóricos e definições sobre o jornalismo cidadão, considerando suas origens, características e distinções em relação ao jornalismo tradicional; examinar os impactos sociais e culturais do jornalismo cidadão, enfatizando sua influência na ampliação da participação popular e na construção de uma cidadania ativa, avaliar as limitações e os desafios éticos, técnicos e legais enfrentados pelo jornalismo cidadão no contexto da produção e disseminação de informações na era digital.

A colaboração entre jornalistas e cidadãos, embora benéfica para diversificar fontes e perspectivas, apresenta desafios significativos. A busca por conteúdo inédito e impactante pode criar vulnerabilidade à disseminação de notícias falsas, sensacionalismo, perda de objetividade e imparcialidade, assim como, a violação de direitos autorais e privacidade. E esses riscos podem impactar a credibilidade, a confiança do público, a qualidade jornalística e a democracia.

A presente pesquisa visa analisar o papel do jornalismo cidadão na criação de um ecossistema de comunicação colaborativa, onde jornalistas e cidadãos interagem e contribuem mutuamente, identificando os benefícios e desafios dessa abordagem para a produção de conteúdo jornalístico.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa baseada em bibliográfica, com o objetivo de compreender as observações do jornalismo cidadão a partir de uma análise crítica e teórica. A metodologia escolhida permite a exploração aprofundada de conceitos, práticas e impactos associados ao tema, fundamentando-se em fontes secundárias como livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações e publicações de relevância na área de comunicação e jornalismo.

O levantamento bibliográfico foi conduzido a partir de palavras-chave como “jornalismo cidadão”, “democratização da informação”, “participação cidadã” e “jornalismo digital” em bases de dados acadêmicos e bibliotecas digitais. As fontes selecionadas foram evidências de forma sistemática para identificar pontos de convergência e divergências entre os autores, além de tendências, contribuições e lacunas presentes na literatura existente.

Para organizar a análise, o estudo foi estruturado em três eixos principais: (1) o conceito e as características do jornalismo cidadão, com foco em sua definição e evolução histórica; (2) os impactos sociais e culturais gerados pela prática, abordando sua contribuição para o fortalecimento da cidadania e da pluralidade informativa; e (3) os desafios enfrentados pelo jornalismo cidadão, incluindo questões éticas, de alteração e de regulação no ambiente digital.

Esta metodologia visa proporcionar uma visão ampla e fundamentada do tema, destacando suas múltiplas facetas e oferecendo subsídios para reflexões futuras no campo do jornalismo e da comunicação.

Jornalismo: Definições e Estilos

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) define o jornalismo como “Jornalismo é a atividade de coletar, processar e divulgar informações sobre fatos, eventos e questão de interesse público, com o objetivo de informar, educar e fiscalizar o poder, garantindo a transparência, responsabilidade e participação cidadã”.

Conforme a perspectiva de Barbie Zelizer (2005, p. 76), a definição de jornalismo é complexa e multifacetada, evidenciando sua capacidade de assumir diferentes papéis sociais.

O jornalismo é um fenômeno que pode ser visto de várias maneiras - como um sexto sentido, um recipiente, um espelho, uma história, uma criança, um serviço, uma profissão, uma instituição, um texto, pessoas, um conjunto de práticas. Essas formas de pensar sobre o jornalismo sugerem vários caminhos pelos quais podemos abordar o jornalismo, a imprensa e os média noticiosos. Eles são úteis aqui porque cada um oferece uma maneira de pensar sobre como a imprensa poderia funcionar melhor do que hoje funciona. T.N.

Durante a trajetória do jornalismo, se identifica uma evolução tecnológica e conceitual, abrangendo novas plataformas de multimídia, enquanto mantém sua essência ética e profissional. A classificação do jornalismo em plataformas inclui: mídia impressa,

radiofônica, televisiva e digital, refletindo a evolução tecnológica e os câmbios sociais que influenciam a produção e consumo de notícias.

A tipologia inclui quatro estilos fundamentais: jornalismo de opinião, jornalismo de fato, jornalismo narrativo e jornalismo cidadão, que refletem diferentes abordagens jornalísticas. Cada estilo possui características únicas, objetivos específicos e técnicas distintas, contribuindo para uma cobertura jornalística abrangente e diversificada.

John Merrill (2014) descreve o jornalismo opinativo como “uma forma de jornalismo que apresenta opiniões e análises pessoais sobre eventos e questões atuais”. Esse estilo é fundamentado por subjetividade, análise crítica, e interpretação cautelosa. O mesmo também estabelece o jornalismo de fato, como “a apresentação objetiva de informações verificáveis sobre eventos e questões atuais.” Merrill (2014), o gênero deve manter a objetividade, verificabilidade, imparcialidade, precisão e transparência.

O jornalismo narrativo trabalha fatos e eventos por meio de histórias envolventes e detalhadas, como explica Jon Franklin (2013) em seu livro *Writing for Story: Craft Secrets of a Two-Time Pulitzer Winner*, ao conceituar o jornalismo narrativo como “uma forma de jornalismo que usa técnicas literárias para contar histórias reais”. Suas principais características são: subjetividade controlada, objetividade, imersão, criatividade e clareza. Enquanto o jornalismo cidadão, ou colaborativo, incorpora a público na produção de notícias, Segundo Kovach e Rosentiel (2010) o “Jornalismo cidadão é uma forma de jornalismo que combina a expertise profissional com a participação cidadã”. Este gênero tem como principal característica a participação do público, apresentando colaboração, diversidade de vozes e interatividade.

Jornalismo Cidadão

O gênero jornalístico é entendido como jornalismo colaborativo entre o profissional e cidadãos comuns, e tem como característica, a interatividade. O profissional assume o papel de mediador e interventor da notícia, enquanto verifica a veracidade dos fatos, filtra e corrige. De acordo com o jornalista Oh Yeon-Ho “Todo cidadão é um repórter. Jornalistas não são espécies exóticas, e sim alguém que pesquisa para assegurar novos dados, registrá-los e compartilhá-los com os demais”.

Segundo Dan Gillmor (2006), a tragédia de 11 de setembro marcou o surgimento do jornalismo cidadão. Pela primeira vez, a internet se destacou como fonte de informação, uma vez que os portais de informação ficaram lotados pelo tráfego em seus servidores, os blogs passaram a compartilhar as notícias. Evidenciando não tratar de um novo estilo jornalístico, fundamentado nas atuais redes sociais, mas sim que continua sendo adaptado com as transições da sociedade e do jornalismo.

O 11 de setembro provocou que na Internet, começasse um movimento que, mais à frente, é apontado como evento fundador da recessão da mídia e da crise do jornalismo, já que a atenção do usuário – leitor, telespectador ou ouvinte – esteve em boa parte, durante o atentado, fragmentada em veículos que não somente das corporações midiáticas (Malini, 2007, p. 246).

Alzira Abreu (2003) defende que o jornalismo cidadão é ferramenta fundamental para assegurar a democracia e a cidadania, dando voz aos marginalizados pelas mídias

tradicionais. Destacando que não necessariamente levará a isso, por contas de limitações políticas, sociais ou culturais. Para a autora:

O jornalismo cidadão deve ser entendido como um dos meios de o jornalista, na atualidade, preencher um papel de ativista político caracterizado pela defesa de valores como a rejeição à corrupção, defesa dos direitos do cidadão, igualdade no tratamento e na aplicação de leis etc (Abreu, 2003 p. 38).

Nesse cenário, ainda há uma divisão de opiniões que apoiam ou condenam este gênero jornalístico. Pois, ao mesmo tempo que traz a ideia de democratização da informação e apoio aos profissionais da área, surgem questionamentos sobre a perda da objetividade jornalística e o futuro da profissão. Entretanto, é inegável que a participação do cidadão transforma o tradicionalismo jornalístico.

Explorando os Âmbitos do Jornalismo Cidadão

O jornalismo cidadão pode ser encontrado nas seguintes modalidades: redes sociais, blogs e sites de notícias independentes, aplicativos de mensagens, plataformas colaborativas e eventos locais.

Redes Sociais: plataformas como X (antigo twitter) e o Facebook, se tornam colaboradores da notícia por meio do compartilhamento de informações, vídeos ou fotos. Durante as enchentes na região Sul do Brasil, no ano de 2024, a cobertura jornalística se tornou inviável. Contudo, por meio de mídias e atualizações de civis, foi possível obter reportagens.

Blogs e Sites de Notícias Independentes: neles encontramos uma diversidade de histórias e reportagens independentes, que não são noticiadas pela grande mídia. Exemplo disso é o Medium, site onde encontra-se inúmeros compartilhamentos de temas variados.

Aplicativos de Mensagens: o uso destes “apps” vai além de conversas casuais, o cidadão comum se torna fonte de atualização, como ocorreu durante a pandemia da covid-19. Por meio de comunidades criadas no whatsapp foi possível divulgar sobre os casos, medidas de segurança e vacinas.

Plataformas Colaborativas: se tornam ferramentas para troca de informações, uma vez que qualquer pessoa pode contribuir com atualizações. Como exemplo, através do Waze o usuário pode contribuir com o mapeamento do tráfego em tempo real, alertando demais motoristas a respeito de contratempos no trânsito, sobre a região ou clima.

Eventos Locais: Em eventos comunitários, festivais ou reuniões locais menores, quem assume o papel de jornalista é próprio cidadão. Através do compartilhamento de relatos, mídias e transmissões ao vivo.

Avaliação das Limitações e Desafios do Jornalismo Cidadão na Era Digital

O jornalismo cidadão, caracterizado pela participação ativa de indivíduos na produção e disseminação de informações, enfrenta desafios significativos no contexto digital, principalmente em aspectos éticos, técnicos e legais. A facilidade de publicação na internet e o alcance fornecido pelas redes sociais potencializam problemas relacionados à propagação da desinformação, à falta de qualificação técnica e à ausência de regulamentação adequada.

Entre os desafios éticos, destaca-se a disseminação de informações sem a seleção devida, o que envolve a contrapartida do jornalismo cidadão. Segundo Silva (2021), “a ausência de critérios claros para a apuração das informações compromete a confiabilidade do conteúdo produzido por jornalistas cidadãos”. A velocidade de compartilhamento nas redes sociais, aliada à informalidade característica dessa prática, contribui para a atualidade de notícias falsas, conhecidas como fake news (Santos, 2020). Essas dinâmicas, muitas vezes impulsionadas por algoritmos que priorizam conteúdos de alta interação, podem ser difíceis não apenas o acesso à informação confiável, mas também a formação de uma opinião pública bem informada.

Além disso, o sensacionalismo emerge como uma prática recorrente, motivada pela busca por cliques e engajamento digital. Conforme aponta Almeida (2020), “a produção de conteúdos que apelam ao emocional, em detrimento da precisão e da imparcialidade, é uma tendência observada no jornalismo cidadão, especialmente no ambiente digital”. Essa prática compromete a integridade jornalística, enfraquecendo a confiança do público na informação divulgada por essas fontes.

Do ponto de vista técnico, a utilização de ferramentas digitais, como softwares de edição de vídeo e análise de dados, exige habilidades específicas que nem todos os jornalistas cidadãos possuem. De acordo com Oliveira (2019), “a falta de treinamento técnico adequado limita a capacidade de muitos produtores de conteúdo para criar materiais de alta qualidade e verificar informações de maneira rigorosa”. Além disso, o acesso desigual à tecnologia pode criar barreiras adicionais, dificultando a prática do jornalismo cidadão em comunidades menos favorecidas.

Não que se refira aos desafios legais, a ausência de regulamentação específica para o jornalismo cidadão resulta em uma série de lacunas e incertezas. A violação de direitos autorais, a difamação e a invasão de privacidade são problemas recorrentes, uma vez que muitos produtores de conteúdo desconhecem ou ignoram as implicações legais de suas publicações (Mendes, 2020). Além disso, a proteção das fontes e a segurança cibernética são questões complexas que muitas vezes não são consideradas pelos jornalistas cidadãos, colocando em risco a supervisão tanto dos produtores quanto das informações veiculadas.

Nesse sentido, é fundamental que se desenvolvam iniciativas inovadoras de capacitação técnica, de alfabetização midiática e de promoção de padrões éticos claros. Como defende Costa (2022), “o fortalecimento do jornalismo cidadão depende da criação de mecanismos que assegurem a qualidade, a ética e a legalidade das informações produzidas”. A integração de tecnologias de verificação de fatos e a definição de diretrizes legais específicas podem contribuir para a formulação dessa prática como um pilar essencial da democratização da informação na era digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo cidadão surge como uma ferramenta poderosa para a democratização da informação, permitindo que os indivíduos desempenhem um papel ativo na produção e divulgação de notícias. Este gênero jornalístico contribui para ampliar as vozes e perspectivas na mídia, preenchendo lacunas deixadas pela imprensa tradicional. No entanto, sua prática

não representa desafios importantes, especialmente no contexto ético, técnico e jurídico, como apresentado ao longo deste artigo.

Entre os desafios éticos, destaca-se a dificuldade em garantir a veracidade das informações diante da rapidez e informalidade características da era digital. Além disso, o sensacionalismo e a busca por engajamento podem comprometer a qualidade e a repetição do conteúdo produzido. Por outro lado, questões técnicas, como a falta de acesso a ferramentas adequadas e de capacitação, limitam a eficácia de muitos jornalistas cidadãos. No campo jurídico, a ausência de regulamentação específica traz incertezas sobre responsabilidades e direitos, exigindo maior atenção às implicações legais.

Apesar dessas limitações, é inegável que o jornalismo cidadão desempenhe um papel fundamental na construção de uma sociedade mais informada e participativa. A colaboração entre jornalistas profissionais e cidadãos pode enriquecer o ecossistema midiático, diversificando fontes e garantindo maior pluralidade. No entanto, para que essa prática alcance seu pleno potencial, é essencial investir em alfabetização midiática, capacitação técnica e desenvolvimento de padrões éticos e regulatórios.

Portanto, o jornalismo cidadão não deve ser visto como um substituto, mas como um complemento à imprensa tradicional, desempenhando um papel crucial na era digital. Sua evolução dependerá do equilíbrio entre inovação, responsabilidade e compromisso com a qualidade da informação, reafirmando seu papel como um pilar da democracia contemporânea.

REFERÊNCIAS

ABRAJI. **Código de Ética do Jornalista**. Disponível em: <https://abraji.org.br/> . Acesso em: 10 dez. 2024.

ABREU, A. **Estudos históricos**. n. 31, Rio de Janeiro, p. 38, 2003. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2185>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ALMEIDA, João. **Jornalismo cidadão e o sensacionalismo digital**. São Paulo: Editora Comunicação, 2020.

COSTA, Maria. **Ética e regulamentação no jornalismo digital**. Rio de Janeiro: Editora Jurídica, 2022.

FRANKLIN, J. **Writing for story: craft secrets of a two-time Pulitzer winner (Escrevendo para história: segredos de ofício de um ganhador de dois prêmios Pulitzer)**. Nova York: Plume, 1993.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: revisado e atualizado**. Nova York: Three Rivers Press, 2010.

MALINI, F. **O comunismo das redes**. Citado em: FROSSARD, F. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2008.

MENDES, Rafael. **Aspectos legais da informação na internet**. Brasília: Editora Direito, 2020.

MERRILL, J. **Jornalismo e ética**. 7. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

OLIVEIRA, Karla. **Tecnologia e capacitação no jornalismo cidadão**. Recife: Editora Técnica, 2019.

SANTOS, Pedro. **Fake news e jornalismo cidadão**. Belo Horizonte: Editora Informação, 2020.

SILVA, Ana. **Credibilidade e desafios éticos no jornalismo digital**. Porto Alegre: Editora Comunicação, 2021.

TARGINO, M. **Jornalismo cidadão: informar ou desinforma?**. Brasília: Editora IBICT, 2009.

ZELIZER, B. Definições de jornalismo. Em: OVERHOLSER, G.; JAMIESON, KH (Eds.). **Instituições da democracia americana: a imprensa**. Nova York: Oxford University Press, 2005.

Influência da Mídia na Opinião Pública

Media Influence on Public Opinion

Steffson Dhyames da Trindade Pires

Centro Universitário do Norte - Uninorte. <https://orcid.org/0009-0001-4877-0288>

Tássia Silva do Nascimento

Centro Universitário do Norte – Uninorte. <http://lattes.cnpq.br/8305945212327621>

RESUMO

A mídia exerce uma influência significativa na formação da opinião pública, moldando percepções sociais e políticas por meio da disseminação de informações e definição de agendas. Este estudo, fundamentado em revisão bibliográfica, analisa o papel da mídia em três vertentes principais: os conceitos e teorias que explicam sua atuação na formação da opinião pública; os impactos positivos e negativos de sua influência; e os desafios éticos enfrentados pelos veículos de comunicação no contexto da era digital. Entre os resultados positivos, destacam-se a democratização da informação e o fortalecimento da participação cívica. Por outro lado, os impactos negativos incluem a propagação de notícias falsas, a polarização social e o sensacionalismo, que comprometem a qualidade informativa. Os desafios envolvem a necessidade de verificação rigorosa dos fatos, transparência editorial e proteção da privacidade. A análise evidencia a ambivalência do papel da mídia: ao mesmo tempo em que promove maior inclusão social, enfrenta riscos associados à manipulação e desinformação. Conclui-se que, para maximizar os benefícios e mitigar os prejuízos, a mídia deve adotar práticas responsáveis, investir em tecnologias de verificação e reforçar os padrões éticos. Assim, sua atuação pode consolidar-se como um pilar essencial para a democracia e a pluralidade informativa na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: mídia; opinião pública; democratização da informação; ética na comunicação; era digital.

ABSTRACT

The media has a significant influence on shaping public opinion, molding social and political perceptions through the dissemination of information and agenda-setting. This study, based on a bibliographic review, analyzes the role of the media in three main aspects: the concepts and theories



explaining its influence on public opinion formation; the positive and negative impacts of its influence; and the ethical challenges faced by communication vehicles in the digital era. Among the positive results, the democratization of information and the strengthening of civic engagement stand out. On the other hand, negative impacts include the spread of fake news, social polarization, and sensationalism, which compromise information quality. Ethical challenges involve the need for rigorous fact-checking, editorial transparency, and privacy protection. The analysis highlights the ambivalence of the media's role: while it promotes greater social inclusion, it faces risks associated with manipulation and misinformation. It is concluded that, to maximize benefits and mitigate harms, the media must adopt responsible practices, invest in fact-checking technologies, and strengthen ethical standards. Thus, its role can be consolidated as an essential pillar for democracy and informational plurality in contemporary society.

Keywords: media; public opinion; democratization of information; communication ethics; digital era.

INTRODUÇÃO

A mídia ocupa um papel central na construção da percepção social, influenciando diretamente a opinião pública. Ao longo da história, jornais, rádio, televisão e, mais recentemente, as plataformas digitais, consolidaram-se como veículos indispensáveis para a disseminação de informações, moldando exclusivamente, comportamentos e decisões coletivas. Nesse contexto, compreender a influência exercida pela mídia na formação da opinião pública torna-se essencial, especialmente em uma era marcada pelo excesso de informações, notícias falsas e polarização política.

A problemática central que se apresenta neste estudo refere-se ao impacto da mídia na formação da opinião pública e às possíveis visões e desafios éticos envolvidos. Como a mídia contribui para informar e educar, ao mesmo tempo em que pode manipular ou distorcer fatos, afetando a autonomia dos cidadãos? Essa dualidade entre os benefícios e os riscos da comunicação midiática exige uma análise crítica e fundamentada sobre o papel desses veículos na sociedade contemporânea.

Este estudo tem como objetivo geral analisar a influência da mídia na opinião pública, destacando seus efeitos, limitações e implicações sociais. Para esse propósito, busque (1) identificar os principais conceitos e teorias relacionados ao papel da mídia na formação da opinião pública; (2) examinar os resultados positivos e negativos da mídia sobre as percepções sociais e políticas; e (3) avaliar os desafios éticos enfrentados pelos veículos de comunicação no contexto da era digital.

Metodologicamente, este estudo utiliza uma abordagem qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica, fundamentando-se em livros, artigos científicos e estudos de caso que discutem a relação entre mídia e opinião pública. O levantamento das fontes foi realizado em bases de dados acadêmicos, priorizando autores renomados e obras recentes sobre o tema. Essa abordagem permitirá uma análise teórica robusta e multidimensional, contribuindo para reflexões futuras sobre o papel da mídia na sociedade atual.

A Influência da Mídia na Formação da Opinião Pública: Teorias, Conceitos e Impactos

No campo das teorias da comunicação, e em especial das teorias do jornalismo, há mais de dois séculos os pesquisadores buscam entender a influência da mídia na construção da opinião pública. O processo de industrialização e, conseqüentemente, a massificação da informação, acelerada pela prensa de Gutenberg, o telégrafo, o cinema, o rádio e 20 anos depois a TV doméstica, abriu inúmeras lacunas de conhecimento que os teóricos buscaram explicar a partir das teorias da comunicação. É nesse contexto, de sociedade industrial, de desenvolvimento econômico e tecnológico que surgem os conceitos de massa e opinião pública.

O autor Dizard (2000, p.53) afirma que é possível dividir essas transformações em três momentos:

A primeira aconteceu no século XIX, com a introdução das impressoras a vapor e do papel de jornal barato. O resultado foi a primeira mídia de massa verdadeira - os jornais "baratos" e as editoras de livros e revistas em grande escala. A segunda transformação ocorreu com a introdução da transmissão por ondas eletromagnéticas - o rádio em 1920 e a televisão em 1939. A terceira transformação na mídia de massa - que estamos presenciando agora - envolve uma transição para a produção, armazenagem e distribuição de informação e entretenimento estruturadas em computadores. Ela nos leva para o mundo dos computadores multimídia, compact discs, bancos de dados portáteis, redes nacionais de fibras óticas, mensagens enviadas por fax de última geração, páginas de Web e outros serviços que não existiam há vinte anos.

Pensando nas duas primeiras transformações, com a migração das populações para os grandes centros urbanos, a sociedade começou a questionar o mundo para além de seu horizonte geográfico e social. O jornalista Walter Lippmann, pioneiro nos estudos do jornalismo moderno, argumentou em seu livro *Opinião Pública*, publicado em 1922, que a mídia molda a percepção da realidade pelo público, justamente por essa limitação do ser humano, de não conhecer profundamente todo e qualquer assunto, e mesmo não conhecendo, ele precisa criar para si imagens desse mundo fora do seu alcance. Lippmann (2008, p.2008) descreve que:

O mundo que temos que considerar está politicamente fora de nosso alcance, fora de nossa visão e compreensão. Tem que ser explorado, relatado e imaginado. O homem não é um Deus aristotélico contemplando a existência numa olhadela. É uma criatura da evolução que pode abarcar somente uma porção suficiente da realidade que administra para sua sobrevivência, e agarra o que na escala do tempo são alguns momentos de discernimento e felicidade. E ainda assim esta mesma criatura inventou formas de ver o que nenhum olho nu poderia ver, de ouvir o que ouvido algum poderia ouvir, de considerar massas imensas assim como infinitesimais, de contar e separar mais itens que ele pode individualmente recordar. Está apreendendo a ver com sua mente vastas porções do mundo que ele não podia nunca ver, tocar, cheirar, ouvir ou recordar. Gradualmente ele cria para si próprio uma imagem credível em sua cabeça do mundo que está além de seu alcance.

O indivíduo das massas buscava aceitação social, e a mídia, nesse sentido, não apenas comunicava os fatos, mas também moldava a maneira como o público compreendia o mundo ao seu redor. Esse processo aproximava os grupos sociais, gerando uma percepção compartilhada da realidade.

Preocupados em entender essa influência, os funcionalistas da comunicação de massa desenvolveram teorias como, a Teoria da Agulha Hipodérmica, também conhecida como Teoria da Bala Mágica, nela o processo de comunicação funcionava de forma direta e sem interferências, como se a mídia fosse uma “grande agulha” que injetava conteúdo diretamente no público, que era considerado passivo e receptivo. Os receptores, ou seja, a sociedade, eram vistos como uma massa homogênea, incapaz de resistir ou questionar as mensagens transmitidas. Para Mauro Wolf (2003, p. 22), “os principais elementos que caracterizam o contexto da teoria hipodérmica são, por um lado, a novidade do próprio fenômeno das comunicações de massa e, por outro, a ligação desse fenômeno às trágicas experiências totalitárias e autoritárias daquele período histórico.” A ideia central é que a mídia tinha o poder de influenciar opiniões e comportamentos de forma automática, sem espaço para reflexão crítica.

Por outro lado, a Teoria do Agenda Setting, ou Teoria do Agendamento, oferece uma visão mais complexa da influência da mídia. Em vez de impor diretamente uma visão ou comportamento, a mídia é vista como responsável por estabelecer uma agenda social, ou seja, definir quais assuntos são mais importantes para a sociedade discutir. Foi a partir do texto de Maxwell McCombs e Donald Shaw, intitulado “*The Agenda-Setting Function of Mass Media*” (1972), que os estudos começaram a explorar a influência da mídia na política nacional. A mídia, nesse sentido, não dizia “como” o público deveria pensar sobre um determinado assunto, mas sim “sobre o que” ele deveria pensar. Miguel e Biroli (2010, p.52) argumentam que:

A partir de um conjunto de normas e valores que definem o que é noticiável e quem compõe a notícia, os meios de comunicação conferem distinção na medida em que tornam visíveis determinadas personagens.

Ou seja, ao selecionar os fatos e temas que serão destacados em suas pautas, os veículos de comunicação influenciam diretamente a percepção de relevância desses temas pelo público. Azevedo (2004, p.52) detalha os pressupostos da Teoria do Agenda Setting:

Basicamente, a ideia-força implícita na noção de agenda-setting é que: a) a mídia, ao selecionar determinados assuntos e ignorar outros, define quais são os temas, acontecimentos e atores relevantes; b) ao enfatizar determinados temas e atores, estabelece uma escala de proeminências entre eles; c) ao adotar enquadramentos positivos ou negativos, constrói atributos sobre esses objetos; d) há uma relação direta entre a proeminência dos tópicos da mídia e a percepção pública dos temas importantes num determinado período de tempo.

Dessa forma, a influência da mídia reside mais na capacidade de dar visibilidade a certos assuntos do que em determinar diretamente opiniões e comportamentos.

No século XXI, com o acesso global à informação, houve uma mudança nos paradigmas comunicacionais. Se antes o jornalista era o principal intermediário entre os fatos e o público, hoje, com a internet, dificilmente ele será o primeiro a relatar um acontecimento. Henry Jenkins (2006, p. 555) observa o papel transformador da internet nesse cenário:

A internet abriu um novo espaço público de discussões sobre os conteúdos midiáticos, e a web tornou-se um importante mostruário para a produção cultural de base. [...] A web tornou possível para as produções midiáticas alternativas de todos os tipos ganhar maior visibilidade e ir além de públicos localizados em direção a uma circulação muito mais ampla.

A midiatização, nesse cenário, se refere ao processo contínuo e crescente de integração das mídias nas diferentes esferas da vida social. Ela não apenas altera as formas de comunicação, mas também transforma os modos de organização e funcionamento das instituições políticas, sociais e culturais. A sociedade midiatizada é aquela em que as dinâmicas midiáticas permeiam todas as esferas da vida cotidiana, moldando comportamentos, decisões e valores.

Além disso, a midiatização envolve uma retroalimentação constante entre o público e as mídias, onde as preferências, opiniões e interações dos indivíduos influenciam diretamente o conteúdo produzido. O conceito de sociedade midiatizada nos faz refletir sobre o quanto as mídias digitais estão conectadas às práticas sociais e moldam a percepção dos eventos que estão além do alcance direto dos indivíduos.

Como destacou Walter Lippmann (1972), estamos constantemente construindo imagens do mundo, e a mídia é, mais do que nunca, a principal responsável por reforçá-las. No entanto, ao contrário da Teoria Hipodérmica, que vê o receptor como passivo e ignora as interferências culturais e sociais, nesse terceiro momento o público é também um agente ativo, que participa da construção e interpretação das mensagens. O receptor não apenas absorve as informações, mas as filtra e interpreta de acordo com suas experiências, valores e contexto social, tornando o processo comunicacional mais dinâmico e interativo (Martín-Barbero, 2008).

A formação da opinião pública é um processo complexo que envolve a interação entre indivíduos, grupos e a mídia. De acordo com McQuail (2013), a mídia atua como mediadora de informações, desempenhando um papel crucial na definição de agendas e na priorização de temas que se tornam objeto de discussão pública. Essa aparência, conhecida como *agenda-setting*, é descrita por McCombs e Shaw (1972) como a capacidade da mídia de influenciar a percepção de relevância dos temas sociais, determinando o que é considerado prioritário pelo público.

Habermas (1989), ao abordar o conceito de esfera pública, destaca que os meios de comunicação têm potencial de fortalecer ou enfraquecer o espaço público onde se formam opiniões críticas. Para o autor, a mídia deve servir como um canal de debate democrático, permitindo que diferentes perspectivas sejam representadas. No entanto, ele alerta que a comercialização dos meios de comunicação pode comprometer a sua função pública, priorizando interesses econômicos em detrimento de um discurso plural e inclusivo.

Outra teoria relevante é a do espiral do silêncio, proposta por Noelle-Neumann (1974), que sugere que comportamentos de influência da mídia ao criar a percepção de uma opinião predominante. Indivíduos tendem a silenciar opiniões que percebem como minoritárias, contribuindo para a consolidação de uma narrativa dominante. Essa dinâmica demonstra como a mídia pode promover desigualdades discursivas, moldando uma opinião pública de maneira desigual.

Por fim, Lazarsfeld e Katz (1955) introduzem o conceito de fluxo de comunicação em dois níveis, argumentando que a influência da mídia é mediada por líderes de opinião que interpretam e repassam informações ao público. Isso evidencia que, embora poderosa, a mídia não envelhece isoladamente, mas em interação com outros agentes sociais.

Essas teorias destacam o papel central da mídia na formação da opinião pública, mas também revelam seus desafios e limitações, especialmente no contexto contemporâneo, marcado pela multiplicação de fontes de informação e pela propagação de notícias falsas, como discutem Kovach e Rosenstiel (2010). A compreensão desses conceitos é fundamental para analisar criticamente os impactos da mídia na sociedade e para promover práticas mais éticas e transparentes no ambiente comunicacional.

Os Impactos da Mídia nas Percepções Sociais e Políticas: Benefícios e Desafios

A mídia desempenha um papel ambivalente no que diz respeito às percepções sociais e políticas, apresentando tanto resultados positivos quanto negativos. Entre os aspectos positivos, destaca-se o papel da mídia na democratização da informação, permitindo maior acesso a conteúdos relevantes e incentivando o engajamento cívico. Segundo Kovach e Rosenstiel (2010), a mídia tem a função essencial de informar o público e atuar como uma “vigia” da democracia, promovendo a transparência e a responsabilização de instituições e lideranças.

Outro impacto positivo está relacionado à sua capacidade de mobilização social. Como observado por Castells (2009), em sua teoria das redes, a mídia digital e as redes sociais prometem novos para a articulação de movimentos sociais, conectando indivíduos e criando coalizões que desafiam estruturas de poder. Exemplo disso são as manifestações globais recentes, em que as plataformas digitais foram fundamentais para organizar protestos e compartilhar narrativas alternativas.

No entanto, a mídia também apresenta efeitos negativos sobre as percepções sociais e políticas. A aparência da polarização é uma consequência amplamente debatida. De acordo com Sunstein (2018), os algoritmos das redes sociais criam “câmaras de eco”, onde os indivíduos são expostos apenas a conteúdos que reforçam suas implicações pré-existentes, reduzindo a diversidade informativa e exacerbando divisões políticas. Esse processo pode levar à radicalização e à fragmentação do debate público.

O sensacionalismo midiático é uma prática recorrente que distorce informações e explora emoções para atrair audiência. Como destaca McQuail (2013), o foco em conteúdos espetaculares e polarizadores pode obscurecer questões importantes, contribuindo para a desinformação e prejudicando a qualidade do debate público. A supervisão de notícias falsas agrava esse cenário, minando a confiança na mídia tradicional e desinformando o público (Wardle; Derakhshan, 2017).

Portanto, embora a mídia desempenhe um papel crucial na sociedade, seus efeitos são contraditórios. Compreender essas dinâmicas é essencial para mitigar os impactos negativos e maximizar os benefícios que a mídia pode oferecer para a formação de uma sociedade informada e democrática.

Desafios Éticos dos Veículos de Comunicação na Era Digital: Transparência, Privacidade e Verificação

Os desafios éticos enfrentados pelos veículos de comunicação na era digital têm se intensificado com o avanço das tecnologias e a transformação do consumo de

informações. A velocidade de disseminação das notícias, a pressão pelo engajamento e a ascensão das redes sociais como plataformas principais de distribuição colocam a ética jornalística em foco. Kovach e Rosenstiel (2010) afirmam que, no cerne da ética jornalística, está o compromisso com a verdade, a independência e a responsabilidade com o público, princípios frequentemente desafiados no cenário digital atual.

A cobertura de notícias falsas (fake news) é um dos principais desafios éticos contemporâneos. Segundo Wardle e Derakhshan (2017), o ambiente digital facilita a criação e a propagação de desinformação, muitas vezes impulsionada por algoritmos que priorizam o conteúdo mais viral em detrimento do mais verídico. Isso coloca os veículos de comunicação em uma posição crítica, exigindo deles maior rigor na verificação de fatos e transparência em suas práticas editoriais.

Outro desafio ético é a monetização do conteúdo, especialmente em plataformas digitais. McChesney (2013) destaca que a busca por cliques e receita publicitária frequentemente incentiva práticas como o sensacionalismo, comprometendo a qualidade informativa e a imparcialidade. Essa dinâmica pode levar à exploração de temas polarizadores e emocionais, aprofundando divisões sociais e políticas.

Além disso, a privacidade do público é um tema central na era digital. Ward (2018) aponta que a coleta de dados pelos veículos de comunicação, muitas vezes sem consentimento claro, levanta questões éticas sobre o uso dessas informações e a proteção da privacidade dos usuários. Esses desafios éticos são amplificados pelo contexto globalizado e digital, onde as fronteiras legais e culturais nem sempre estão homologadas.

Portanto, avaliar os desafios éticos dos veículos de comunicação na era digital é essencial para garantir a integridade jornalística e a confiança do público. Promover a transparência, investir em tecnologias de verificação de fatos e estabelecer padrões de ética são caminhos para enfrentar essas questões e fortalecer o papel dos veículos de comunicação como pilares da democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mídia, como um dos principais agentes de comunicação social, exerce uma influência direta na formação da opinião pública, desempenhando um papel fundamental na sociedade contemporânea. Este estudo evidenciou que, embora a mídia possa promover a democratização da informação, ampliar o acesso a conteúdos relevantes e mobilizar a sociedade em torno de causas sociais e políticas, também enfrenta desafios importantes, especialmente na era digital.

Os conceitos e teorias propostas revelaram como a mídia molda percepções e determinam agendas, mas também como podem desenvolver desigualdades discursivas e criar narrativas invejadas. Ao mesmo tempo, os resultados positivos e negativos da mídia, detalhados sob uma perspectiva crítica, destacaram tanto seu potencial como ferramenta de engajamento e inclusão quanto a seus riscos, como a política de fake news, a polarização social e o sensacionalismo.

No que tange aos desafios éticos, a era digital trouxe novas responsabilidades aos veículos de comunicação. A necessidade de garantir a veracidade das informações, proteger a privacidade dos usuários e combater a desinformação exige padrões éticos claros e maior transparência. A abordagem ética torna-se essencial para que a mídia possa desempenhar seu papel como pilar da democracia, especialmente em um ambiente digital saturado de informações e disputas ideológicas.

Portanto, conclui-se que a mídia deve equilibrar sua influência com responsabilidade e compromisso ético, técnico e social. A adoção de práticas mais transparentes, o fortalecimento da alfabetização midiática e o investimento em tecnologias de seleção são caminhos fundamentais para mitigar os impactos negativos e maximizar os benefícios que a mídia pode oferecer para uma sociedade mais informada e democrática. Essas reflexões abrem espaço para novos estudos sobre o papel transformador da mídia no contexto digital, buscando formas de fortalecer sua função enquanto agente de transformação social.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. **A construção da agenda política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

CASTELLS, Manuel. **Poder da comunicação**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

DIZARD, Wilson. **Digital media: a new media revolution**. 4. ed. Nova York: McGraw-Hill, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **A transformação estrutural da esfera pública**. Cambridge: MIT Press, 1989.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2006.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público deve esperar**. Nova York: Three Rivers Press, 2010.

LAZARFELD, Paul F.; KATZ, Elihu. **Influência pessoal: o papel desempenhado pelas pessoas no fluxo das comunicações de massa**. Glencoe: Free Press, 1955.

LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. Nova York: Harcourt, Brace and Company, 1922.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **The agenda-setting function of mass media**. *Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MCCHESENEY, Robert W. **Desconexão digital: como o capitalismo está virando a internet contra a democracia**. Nova York: The New Press, 2013.

MCQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massa**. 6. ed. Londres: Sage Publications, 2013.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo:

Boitempo, 2010.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **A espiral do silêncio: uma teoria da opinião pública**. Journal of Communication, v. 24, n. 2, p. 43-51, 1974.

SUNSTEIN, Cass R. **#República: democracia dividida na era das mídias sociais**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

WARD, Stephen JA. **Jornalismo ético na era digital: mídia, ética e a esfera pública global**. Nova York: Rowman & Littlefield, 2018.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Desordem da informação: rumo a uma estrutura interdisciplinar para pesquisa e formulação de políticas**. Estrasburgo: Conselho da Europa, 2017.

Estratégias Discursivas para a Manipulação: Um Caso no Gênero Editorial

Discursive Strategies for Manipulation: a Case in the Editorial Genre

Luís Rodolfo Cabral

Professor do Instituto Federal do Maranhão. Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESUMO

Neste texto, buscamos refletir sobre as estratégias discursivas para a manipulação, prática discursiva ilegítima para manutenção do poder de um grupo. O *corpus* é constituído por um texto extraído de um acervo composto por edições do jornal *O Estado do Maranhão* publicadas entre os anos de 2009 e 2010. Como aporte teórico-metodológico, recorreremos à Análise Crítica do Discurso, e mobilizamos as noções de ideologia, poder, hegemonia e manipulação. Como resultado, identificamos, no *corpus*, as seguintes estratégias de manipulação: polarização; autorrepresentação positiva por superioridade moral; ênfase em seu poder; descrédito dos oponentes; e argumentação com emoção.

Palavras-chave: análise crítica do discurso; editorial; manipulação; Estado do Maranhão.

ABSTRACT

In this text, we aim to reflect on the discursive strategies for manipulation, an illegitimate discursive practice used to maintain the power of a group. The corpus consists of a text extracted from a collection of editions of the newspaper *O Estado do Maranhão* published between 2009 and 2010. As a theoretical-methodological approach, we rely on Critical Discourse Analysis and engage the notions of ideology, power, hegemony, and manipulation. As a result, we identified the following manipulation strategies in the corpus: polarization; positive self-representation through moral superiority; emphasis on its power; discrediting opponents; and argumentation with emotion.

Keywords: critical discourse analysis; editorial; manipulation; Estado do Maranhão.



INTRODUÇÃO

Primeiras Palavras

Partimos do pressuposto de que os discursos representam o mundo de diferentes perspectivas, associadas tanto a relações particulares que os sujeitos estabelecem com o mundo quanto às relações que estabelecem com outros sujeitos e com outras estruturas. Da mesma forma, entendemos que as ideologias, de modo geral, atravessam os textos de qualquer sistema semiótico, e que a linguagem desempenha papel fundamental nas práticas sociais, as quais são construídas por relações de poder.

No campo midiático, encenam-se, no discurso, as evidências empíricas a partir de um conjunto de fatores que balizam a interpretação de um evento material direcionado para um público-alvo. Além disso, também estão embrenhadas forças editoriais referentes à forma como a empresa jornalística aceita, permite e quer que esse fato seja apresentado. Pode-se afirmar, então, que a produção no campo midiático não corresponde fielmente à realidade; é um construto perpassado por estruturas ideológicas, que, pela linguagem, representam a própria realidade.

Observando os textos veiculados em um jornal diário, têm-se exemplos concretos de como o discurso jornalístico é mediado por valores para atingir propósitos definidos. Esse é um embate de poder que merece investigação na medida em que tende a reforçar conhecimentos, crenças e valores.

Sobre as ideologias no campo midiático, compreende-se que essas estruturas estejam em consonância com determinadas instâncias institucionais e subjetivas para que a produção discursiva nos gêneros desse campo se envolva em um jogo estratégias, a depender do direcionamento editorial do próprio veículo, do grau de engajamento do sujeito que informa, e do modo de organização discursivo que é escolhido.

No caso do editorial, gênero opinativo por excelência, encontra-se a expressa opinião oficial do dispositivo midiático diante dos fatos – ao contrário dos outros, é nesse gênero em que se manifesta a opinião do veículo. Do ponto de vista enunciativo, o editorial se diferencia dos demais gêneros por, pelo menos, três especificidades: a impessoalidade (uma vez que o texto não é assinado, e há predominância de primeira pessoa do plural); a topicalidade (por tratar de um tema bem delimitado e em voga quando da publicação); e, a condensabilidade (enfoque maior nas afirmações que nas demonstrações).

No editorial, concentra-se um conjunto de tensões as quais equilibram os vários pilares institucionais, não somente aqueles relacionados à saúde financeira da empresa jornalística, aí incluídos os anunciantes, mas também aqueles referentes ao compromisso dessa mesma empresa jornalística em discorrer sobre fatos de relevância para o público leitor. Assim sendo, o editorial é espaço das contradições entre a missão pública do jornalismo e o interesse mercantil da empresa que faz jornalismo.

Considerando esse preâmbulo, este texto, sustentado teórico-metodologicamente na Análise Crítica do Discurso, busca refletir sobre as estratégias discursivas para a manipulação, que revelam uma visão de mundo ou um posicionamento sobre um tema

em foco no gênero editorial. Organizamo-lo em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta o referencial teórico da Análise Crítica do Discurso, tratando de categorias como poder e manipulação. Na segunda, discorreremos sobre o *corpus* e o contexto de produção. E, na terceira, apresentamos a análise à luz da teoria.

A ACD: CATEGORIAS PARA ANÁLISE DO CORPUS

A Análise Crítica de Discurso (ACD, daqui por diante) é um campo disciplinar de investigação do discurso que considera a linguagem como prática social e como espaço para (re)produção das relações de abuso de poder, de dominação, e de desigualdade.

Fairclough (2001, p. 89) apresenta o quadro teórico da ACD, cujos objetivos seriam “reunir a análise de discurso orientada linguística e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem”. Desse quadro, elencamos alguns pontos que embasam este texto.

Primeiramente, importa assinalar a concepção de linguagem que sustenta a ACD: a linguagem é forma de ação, e não atividade individual. Por essa perspectiva, considera-se a relação entre discurso e estrutura social: pelo discurso, os sujeitos representam e (re) significam o mundo. Pela prática discursiva, compreendida como o complexo conjunto de processos de produção, distribuição e consumo de textos – das mais variadas formas, verbais, não-verbais, ou multissemióticos – nas mais variadas esferas institucionais ou sociais, as relações sociais e as ideologias são construídas, fortalecidas, perpetuadas ou rompidas.

Em segundo lugar, rejeita-se a noção de assujeitamento, concepção a partir da qual os sujeitos seriam assujeitados pelas estruturas das quais participam. Isso porque, apesar da inescapável circunscrição dos sujeitos na ideologia, eles também são “capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos” (Fairclough, 2001, p. 84).

Dessa relação entre o sujeito e as estruturas, depreendem-se as relações de poder e de hegemonia. A hegemonia é o domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os demais – não pelo uso da força, mas pelo consenso - que perpassa pelas estruturas sociais e ideológicas. Por se tratar de uma relação de equilíbrio instável, a hegemonia é alcançada a partir de um conjunto de práticas e dinâmicas, pelas quais um poder dominante obtém, daqueles que subjugam, o consentimento ao seu domínio.

Podemos definir hegemonia como:

(...) uma liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcialmente e temporariamente (Fairclough, 2001, p. 122).

No que concerne à categoria “poder”, recorreremos a Van Dijk, cujos estudos influenciaram a construção do quadro teórico da ACD. Entendendo que seja uma categoria essencialmente social, Van Dijk (2008) argumenta no sentido de que o poder não provenha

isoladamente de um indivíduo, mas a partir de uma conjuntura social, sendo que ele se manifesta de forma mais eficaz quando direcionado a grupos, em vez de indivíduos. Assim, o poder é exercido por meio da interação social, a partir da qual é necessário que um grupo imponha controle sobre outro.

Van Dijk ainda reconhece a existência de grupos que se opõem ao poder do grupo dominante, criando forças de resistência, as quais são necessárias para que sejam construídas condições propícias para as mudanças sociais para além da manutenção dos interesses desse mesmo grupo dominante.

O poder e a hegemonia se irmanam com a manipulação, ou seja, com a capacidade de se revestir de credibilidade para fazer perpetuar a desigualdade entre os sujeitos. Como não busca a conciliação, pode-se entender que “a manipulação é uma das práticas sociais discursivas de grupos dominantes que servem à reprodução de seu poder” (Van Dijk, 2008, p. 237). Apesar de haver estratégias legítimas de argumentação - como é o caso da persuasão -, a manipulação, ao contrário, refere-se a uma prática discursiva ilegítima uma vez que serve “apenas aos interesses de uma parte ou são contra os interesses dos receptores” (Van Dijk, 2008, p. 238).

Finalmente, tem-se a ideologia, cujos fundamentos remontam aos estudos do Círculo de Bakhtin, que já considerava a palavra como lugar privilegiado para a manifestação ideológica. “Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (Volochinov, 2009, p. 33).

Esse postulado tornou-se essencial para a ACD, que considera que as ideologias são significações/ construções da realidade já que “as estruturações particulares das relações entre palavras e das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia” (Fairclough, 2009, 105).

Corroborar essa noção o posicionamento de Van Dijk (1998, p.128) para quem as ideologias “são da mesma família de conhecimentos socialmente compartilhados e de atitudes sociais. Ideologias não são individuais e não são representadas por memórias específicas ou opiniões pessoais”.

Portanto, se a ideologia é a maneira pela qual o sentido é construído e monopolizado pelas formas simbólicas a serviço de grupos para a manutenção de relações que lhes beneficiem, pode-se perceber, na ideologia, um processo de naturalização (ou de desnaturalização) de outras estruturas da conjuntura discursiva. Nesse sentido, assume-se que, pela linguagem, os sujeitos sofrem alguma influência discursiva e/ou são, de alguma forma, manipulados.

SOBRE O CORPUS

Para refletirmos sobre as estratégias discursivas que revelam uma visão de mundo ou um posicionamento sobre um tema em foco no gênero editorial, selecionamos uma amostra do *corpus* construído para Cabral (2013), composto por edições do jornal *O Estado do Maranhão* publicadas entre 2009 e 2010.

O texto selecionado se intitula “Uma herança pesada”, e foi publicado no dia 19 de maio de 2009. Sobre o veículo de publicação, sabe-se que *O Estado do Maranhão* foi um dos pilares do Sistema Mirante de Comunicação, composto também pela Rádio Mirante AM/FM e pela TV Mirante. O jornal foi fundado em 1959 pelo então deputado federal José Sarney e teve as suas atividades encerradas em outubro de 2021. Era presidido por Teresa Murad, nora de Sarney.

Como dispositivo enunciativo, inscreve-se no campo midiático e obedece às ordens do discurso jornalístico para que sua enunciação seja reconhecida como própria deste campo. Todavia, considerando a primazia do interdiscurso (Maingueneau, 2008), esse dispositivo enunciativo acaba sofrendo constrangimento de outros discursos, sendo talvez o da política o mais sobressalente (Cabral, 2013).

Com a última reforma gráfica, cada edição do jornal passou a ser dividida em diferentes cadernos com periodicidade variável, sendo que, de todos eles, somente um tinha publicação diária: *Primeiro Caderno*, que congregava notícias do Brasil e do Mundo, organizadas nas seções *Política, Opinião, Geral, O país, O mundo, Economia e Consumidor*. É nesse caderno que se encontra o editorial de *O Estado do Maranhão*, fielmente publicado em todas as edições na página 4, na seção *Opinião do Caderno Geral*.

Sobre as condições de produção do *corpus*, sabemos que, em fevereiro de 2009, havia sido iniciada, no Tribunal Superior Eleitoral, a avaliação dos processos contra oito governadores, sob o risco de terem o diploma cassado. Dentre eles, estava o então governador do Maranhão, Jackson Kleper Lago, diplomado após o resultado das eleições de 2006.

O julgamento aconteceu na madrugada de 04 de março de 2009, tendo repercussão expressiva na mídia maranhense e nacional, e decidiu-se pela cassação de Jackson Lago. No dia 17 de abril de 2009, Roseana Sarney Murad, segunda colocada no pleito, foi diplomada chefe do Poder Executivo do estado do Maranhão.

O editorial selecionado para este texto foi publicado um mês após terem-se iniciado as atividades da governadora. Considerando a descrição do *corpus* e a explanação do contexto, a seguir apresentamos a análise interpretativa.

EM BUSCA DAS ESTRATÉGIAS PARA MANIPULAÇÃO

O texto, intitulado “*Uma herança pesada*”, inicia anunciando “um novo momento” na história do estado do Maranhão. Em poucos parágrafos, descreve as diferenças entre a atual gestão e a gestão anterior, nos setores de saúde, segurança pública, educação e finanças.

No texto, percebemos aspectos da manipulação (Van Dijk, 2008), que se refere à construção de um dizer desfavorável contra um determinado grupo. Logo de início, o título cria uma conotação negativa sobre o passado: um fardo nada fácil de ser levado adiante. Ao longo do texto, são citados exemplos do despreparo da gestão anterior e de como a gestão atual não mediria esforços para trabalhar.

É esse o ponto de partida para uma preocupação observada ao longo de todo o texto, a de demarcar os protagonistas centrais de um embate que pode ser resumido a “nós podemos/ sabemos fazer” x “eles não sabem fazer/ fizeram”. Da mesma maneira, é ainda estabelecido um contraste sustentado em *dificuldade no passado x expectativa de triunfo*, que produz um efeito de dias melhores estariam por vir: antes a certeza do caos, agora a possibilidade de ordem (linhas 37-38).

Constrói-se, então, um esquema de polarização geral pela oposição entre *Nós x Eles* (Van Dijk, 2008) e que evidencia os conflitos entre esses grupos antagônicos, marcado, no discurso, por falas positivas sobre Roseana e falas negativas sobre Jackson.

Essa polarização estabelece a trilha manipulatória que baliza a produção própria do texto, e corresponde à fragmentação da coletividade como um modo de operação. Conforme Thompson (1990) as relações de dominação podem ser mantidas pela segmentação daqueles indivíduos e grupos que podem ser uma ameaça aos grupos dominantes, a partir de uma estratégia que se realiza através da “construção de um inimigo (...), que é retratado como mau, perigoso, e ameaçador, e contra o qual os indivíduos são chamados (...) a expurgá-lo” (Thompson, 1990, p. 87).

A polarização também fica evidente no antagonismo criado no primeiro parágrafo do editorial, que se inicia com o trecho “O Maranhão vive um novo momento. Nada de discursos empolados e recheados de promessas que não serão cumpridas, nenhum gesto demagógico destinado a enganar a opinião pública”, e se finda com “Vê-se agora a presença forte do governo, decisões de largo alcance, projetos de curto, médio e longo prazo, enfim, um movimento real e coerente da máquina pública” (linhas 4 a 9).

Sobre a gestão anterior, aparecem as seguintes expressões: “falsa imagem de eficiência” (linha 7), “projeto raivoso” (linha 24), “maldade pura e simples de alguns” (linha 31). Essas qualificações garantem uma coesão relacionada a um dizer disfórico quanto à gestão interrompida por decisão judicial. De modo oposto, enfatizam-se traços positivos da gestão de Roseana. Essa diferença de tratamento pode ser avaliada pelo fato de que, como o discurso manipulatório é produzido de forma que o receptor compreenda a realidade da maneira que os manipuladores desejam, no texto, são destacados aspectos positivos compatíveis aos interesses de quem manipula.

Sendo assim, o posicionamento relativo à gestão de Jackson é extremamente antagônico se cotejado com o que se diz sobre a de Roseana, cujas palavras iniciais no texto indicam que somente agora administra o cargo aquela que tem competência para ocupá-lo (linhas 6-8). O adjetivo “forte” (que por si, já indica um poder exercido) qualifica a forma com a qual o governo vem atuando, e está em consonância com os verbos que descrevem como foi gerenciada a administração pública naquele mês de maio: “começa a ser colocada sob controle”; “reduziram o descontrole administrativo”; “estancaram a sangria desatada que fora imposta aos cofres públicos”, dentre outros casos.

Ressalta-se que, nesses fragmentos, o que está dito no enunciado possibilita ao locutor criar efeitos de sentido que só significam na esfera da pressuposição (Ducrot, 1980). Os verbos “começar”, “reduzir” e “estancar” (e os utilizados entre as linhas 9-12) não só descrevem as ações dos gestores naquele mês, mas também constroem um quadro da

administração anterior: fora de controle – afinal, se algo começou a ser controlado é porque estava descontrolado; se o descontrole administrativo foi reduzido é porque estava elevado, e assim por diante.

Nesse mesmo trecho, é utilizada uma voz com respaldo institucional (Justiça Eleitoral, no caso) para se referir à situação de mudança de líder de governo, em um caso de superioridade moral anunciada por autoridades. Conforme Breton (1996), no discurso por autoridade, são utilizados atos ou julgamentos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas em favor de uma tese. Ao se evocar um argumento por autoridade, cria-se um efeito de verdade; de que o dito é incontestável: o que é descrito tem de ser aceito porque quem o fez tem autoridade para fazê-lo.

Para se reportar ao período de gestão que antecede àquele mês de maio, é recorrente o uso de palavras com denotação negativa (“criminalidade”, “colapso financeiro”, “desastrosos”, “distorções”, etc.), que descredita as ações do governo anterior. A utilização desses substantivos e adjetivos para salientar a situação administrativa, em dois momentos distintos, cria um efeito de sensibilidade e de repugnância. Assim sendo, para se referir ao governo atual, são enfatizados aspectos positivos; todavia, para o governo anterior, enfatizam-se aspectos negativos.

No discurso, são criadas representações de atores sociais, o que revela posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades. Esse é outro aspecto da manipulação: a ênfase discursiva em propriedades que são compatíveis com os interesses a serem alcançados – e a não ênfase naquelas incompatíveis. Assim, constroem-se discursivamente as características dos protagonistas centrais do embate.

Nesse sentido, observamos que, de um lado, se busca promover, no leitor, o sentimento de revolta em relação a Jackson Lago cujas ações teriam resultado em “verdadeiro descalabro gerencial” (linha 12), em um “governo sem ordem” (linhas 19-20) e em uma “realidade que foi jogada ao descaso, desmando” (linha 30). De outro lado, lança-se luz a Roseana, que estaria desempenhando “trabalho difícil, metucioso, que requer atenção redobrada” (linha 26) para “estancar a sangria desatada que fora imposta aos cofres públicos” (linhas 23-24).

Consideramos que essas sejam formas de “argumentação por emoção”, uma estratégia em que “as emoções das pessoas podem ser despertadas e estimuladas pelo uso de palavras especialmente selecionadas” (Van Dijk, 2008, p. 257).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscamos refletir sobre estratégias enunciativas para a manipulação em um texto do gênero editorial. Com a análise do texto “Uma herança pesada”, identificamos as seguintes estratégias de manipulação: polarização; autorrepresentação positiva por superioridade moral; ênfase em seu poder; descrédito dos oponentes; e argumentação com emoção.

Especificamente sobre a autorrepresentação positiva e sobre ênfase no poder instituído, trata-se de aspectos já identificados em outros editoriais do mesmo jornal ao abordar o governo de Roseana Sarney (Cabral, 2013, 2024).

De toda forma, esses aspectos da manipulação correspondem a peças de um jogo estratégico de manipulação no texto jornalístico que podem passar imperceptíveis ao leitor desatento e que podem esconder relações de dominação. Afinal, a manipulação se concretiza no discurso quando há possibilidade de escolha, ou seja, as escolhas lexicais presentes no enunciado refletem a posição ideológica de quem o produz.

Esperamos ter evidenciado, a partir do *corpus*, como ocorrem, pela linguagem, os embates de ideologia e a manutenção de poder, que, em um gênero discursivo/ jornalístico, tendem a reforçar conhecimentos, crenças, valores, e a contribuir, de alguma forma, para a construção de uma realidade.

REFERÊNCIAS

BRETON, F. **A argumentação na comunicação**. Bauru: EDUSC, 1996.

CABRAL, L. R. A construção do referente “Roseana Sarney” em editoriais do jornal O Estado do Maranhão. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.17, n.1, p.7279-7290, 2024. Disponível em: 10.55905/revconv.17n.1-438. Acesso em 29 dez. 2024.

CABRAL, L. R. **Messias de papel**: a construção discursiva da candidatura de Roseana Sarney (2009-2010) pelos editoriais de O Estado do Maranhão. Curitiba: Editora CRV, 2013.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1980.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

MAINGUENEAU, D. **Gênese do discurso**. São Paulo: Parábola, 2008.

O ESTADO DO MARANHÃO. no 17080. 19 de maio de 2009.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK; T. A. **Ideology**: a multidisciplinary approach. The Cromwell Press: Trowbridge, 1998.

VOLOCHÍNOV, V. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009

APÊNDICE I

UMA HERANÇA PESADA

O Maranhão vive um novo momento. Nada de discursos empolados e recheados de promessas que não serão cumpridas, nenhum gosto demagógico destinado a enganar a opinião pública nem anúncios facilmente identificados como manobras para alimentar uma falsa imagem de eficiência. Vê-se agora a presença forte do governo, decisões de largo alcance, projetos de curto, médio e longo prazo, enfim, um movimento real e coerente da máquina pública. Tudo isso é observável com facilidade um mês depois que a Justiça Eleitoral livrou o Maranhão de uma farsa e o entregou a quem sabe o que fazer no seu comando.

Mergulhada num verdadeiro descalabro gerencial, a área de saúde começa a ser colocada sob controle, para e tornar eficiente com medidas simples e factíveis. A segurança pública, que no governo do Sr. Jackson Lago deixou o Maranhão à mercê da criminalidade, com reflexões que ainda são visíveis, vai aos poucos recobrando a eficiência de outros tempos. Apontado como “exemplar” pelos gestores mais recentes, o segmento educacional foi encontrado dividido em “ilhas” de comando, com setores apoiados pela cúpula do governo em permanente confronto com os dirigentes da área – uma situação só possível num governo sem ordem. Dispensável falar sobre as demais frentes. Nelas vinha acontecendo de tudo.

Em apenas um mês de gestão, a governadora Roseana Sarney e sua equipe reduziram o descontrole administrativo a níveis suportáveis e estancaram a sangria desatada que fora imposta aos cofres públicos pelo projeto raivoso do Sr. Jackson Lago de deixar uma situação de colapso financeiro que inviabilizasse o novo governo. Tem sido um trabalho difícil, meticuloso, que requer atenção redobrada, para que nenhum erro seja cometido, pois a população não merece as consequências de desatinos praticados em seu nome.

Não tem sido fácil para a governadora Roseana Sarney e seus auxiliares disciplinar uma realidade que foi jogada ao descaso, ao desmando. São complicados os passos para corrigir a maldade pura e simples de alguns que só tinham em mente apagar da memória dos maranhenses as boas gestões, apostando que entrariam para a História como bons moços que – agora está provado – não são. Corrigir as distorções e devolver a ordem à máquina pública são providências que vêm exigindo cuidado e atenção redobrada, à medida que há suspeitas de que muitas armadilhas foram montadas para prejudicar.

Mas, apesar de tudo, a roda do Maranhão começa a girar para a frustração dos que não querem o bem público.

Organizadora

Tássia Patricia Silva do Nascimento

Doutora em Gestão da Inovação - UFAM, Mestre em Sociedade e Cultura - UFAM. Graduação em Publicidade e Propaganda - IFAM, onde atuou em dois grupos de pesquisa: Comunicação, Arte e Linguagem (CAL/IFAM) e o Grupo de Pesquisa Linguagem, Arte, Comunicação e Ciência (LACC/IFAM). Graduação em Logística - IFAM. Graduação em Administração - Uninorte. Graduação em Português/Espanhol - FAVENI. Exerceu atividades de gerencia no grupo Relações Públicas Manaus (RPM Manaus) de forma voluntária. Atuou como Tutora, Formadora e Pesquisadora da Especialização em Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva do Instituto Federal do Amazonas - IFAM/CMC. Experiência em Audiodescrição e em Softwares Acessíveis, Braille e Sorobã, Orientação e Mobilidade. Atualmente faz parte do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Inclusão e Cidadania e no Grupo de Pesquisa Estudos e Pesquisas em Produção, Logística e Administração (GEPPLA/IFAM/CMDI). Exerceu atividades como Diagramadora, Revisora e Projetos Gráficos de Livros. Atuou como Docente UNINASSAU, DOM BOSCO, IFAM, UEA E UNINORTE, MARTHA FALCÃO, FAMETRO.

Índice Remissivo

A

alternativa 14, 27
ambiente 14, 20, 24, 27, 29, 32, 40, 41, 42
análise 10, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 25, 29, 30, 32, 35, 36,
44, 46, 48, 50

B

brasileiros 10, 11, 12, 15

C

cenário 11, 12, 15, 21, 23, 25, 27, 28, 31, 38, 39, 40, 41
cidadania 13, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30
cidadão 11, 12, 13, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34
cobertura 10, 11, 12, 15, 16, 17
comunicação 10, 12, 15, 17, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28,
29
contemporânea 20, 26, 28, 33, 35, 36, 41
contemporâneo 20, 21, 22, 27, 28, 40
credibilidade 12, 13, 15, 17, 28, 47
crítica 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 36, 38, 41,
44, 51

D

democracia 23, 27, 28, 30, 33, 34, 35, 40, 41, 42, 43
democratização 20, 24, 28, 29, 31, 32, 35, 40, 41
digitais 11, 13, 14, 27, 29, 32, 36, 39, 40, 41
digital 14, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41,
42, 43
discurso 39, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51
discussões 14, 15, 38

E

editorial 13, 14, 15, 16, 35, 36, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50
educação 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26
eleições 10, 11, 12, 16, 17, 48

emissora 10, 11, 14, 15, 16, 17
era 12, 13, 16, 27, 28, 32, 33, 35, 36, 38, 40, 41, 42, 43
estados 10, 11, 12, 14, 15
ética 17, 29, 32, 34, 35, 41, 42, 43

F

formação 11, 14, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 32, 35,
36, 39, 40, 41
função 13, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 39, 40, 42

I

impacto 10, 11, 12, 15, 17, 20, 23, 36, 40
impactos 16, 28, 29, 35, 40, 42
implicações 10, 14, 17, 27, 32, 33, 36, 40
influência 10, 12, 14, 16, 17, 28, 35, 36, 37, 38, 39, 41,
42, 47
informação 13, 14, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28,
29, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 40, 41, 43
informações 11, 12, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 23, 25, 27,
28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 39, 40, 41, 42
informativa 17, 25, 27, 29, 35, 40, 41
inovação 13, 33

J

jornalismo 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18
jornalista 13, 16, 30, 31, 37, 38
jornalística 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 27, 28,
30, 31, 32, 41, 45

M

manipulação 35, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51
meio 10, 13, 14, 15, 16, 23, 24, 25, 30, 31, 35, 47
mídia 14, 17, 19, 21, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32
midiático 11, 17, 24, 25, 27, 33, 40, 45, 48

N

nacional 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 38, 48
notícia 12, 13, 30, 31, 38
notícias 11, 12, 13, 14, 16, 18, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31,
32, 35, 36, 40, 41, 48

O

opinião 10, 11, 12, 15, 17

P

participativo 10, 11, 12, 13, 14, 18
pluralidade 27, 29, 33, 35
presidenciais 10, 11, 12, 16, 17
produção 11, 12, 13, 14, 17, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32,
37, 38, 45, 46, 48, 49
pública 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17
públicas 14, 24, 25
público 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 21, 23, 26, 27, 28, 29,
30, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 52

R

regional 10, 11, 12, 14
responsabilidade 13, 17, 20, 21, 22, 23, 29, 33, 41, 42

S

sistema 6
social 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25,
27, 28
sociedade 13, 15, 17, 20, 22, 23, 25, 26, 28, 30, 33, 35,
36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 46

T

tecnologías 11, 12, 14, 27, 32, 35, 40, 41, 42

televisiva 10, 11, 12

tradicional 12, 14, 17, 20, 22, 27, 28, 32, 33, 40



AYA EDITORA
2025

